



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 5 /2023
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 29-09-2023**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -29 de setembro de 2023-----

INICIO - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Rosa Maria da Costa Reis.....FAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

José Augusto Fernandes MateusFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

José António Borges LigeiroFAP

Célia Maria da Silva MoraesPS

António Graça LapãoFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

Gonçalo Raposeiro FariaFAP

Isabel César PereiraPS

Adélia Maria Ramos BatataPSD

Micaela Miranda DurãesFAP

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS
(Lavos)	José Coelho Henriques da SilvaPS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto FerreiraPS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão SuzanaPS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo OliveiraPSD
(Paião)	José Alberto da Silva CarvalhoFAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues SantosPS
(Tavarede)	Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, David Fajardo Azenha e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz.-----

SUBSTITUIÇÕES

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por Isabel César Pereira, David Fajardo Azenha por Gonçalo Andrade de Oliveira, Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz por Maria Adelaide Gaspar Gonçalves.-----

FALTAS JUSTIFICADAS

Jorge Aniceto Pimentel dos Santos, Paulo Henrique Nisa Mariano.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2023

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação a ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2023."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, Isabel César Pereira, José Cunha Carvão, Susana Oliveira Monteiro, Rui Pinto Ferreira, Victor Santos Madaleno e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano e José Borges Ligeiro, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e Partido Social Democrata, seis abstenções dos membros do Partido Socialista, José Fernando Correia, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Rosa Costa Reis, António Graça Lapão e José Alberto Carvalho, da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, e do Bloco de Esquerda, Pedro Miguel Jorge, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão



ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

“- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

- Cerimónia do Hastear da Bandeira Azul e da Bandeira Praia Acessível na Praia do Cabedelo-----

- Sessão de Apresentação da Plataforma de Gestão da Taxa Municipal Turística----

- Cerimónia de assinatura dos contratos de comparticipação destinados à reabilitação de 145 fogos e aditamento aos acordos de colaboração do Município da Figueira da Foz - Programa 1.º Direito - Estratégia Local de Habitação-----

- Conferência de Imprensa de apresentação do ITF World Tennis Tour W100 Figueira da Foz Ladies Open-----

- Exposição Coletiva «Ser Consciência...30/1000 por 1 VIDA» - Caminhos da MEMÓRIA, em homenagem a Aristides de Sousa Mendes-----

- Inauguração da Exposição «Outros mundos. Viagem pelo Sistema Solar guiada por Michael Benson», uma organização e produção da Fundação «La Caixa»-----

- Cerimónia de Homenagem a Manuel Fernandes Tomás-----

- 2.ª sessão do ciclo de conversas Figueira Encontros da Claridade, subordinada ao tema «Um Aeroporto, três Soluções»-----

- Iniciativas que assinalam o 141.º Aniversário da Elevação da Figueira da Foz a Cidade-----

Convites Conjuntos:-----

- Associação Desportiva Naval Remo e a Federação Portuguesa de Remo para o Campeonato Nacional Beach Sprints em Remo de Mar-----

Convites de:-----

- Guarda Nacional Republicana para a Cerimónia Militar do Juramento de Bandeira do 53.º Curso de Formação de Guardas-----

- Conservador do Museu da Fundação Dionísio Pinheiro para a apresentação do catálogo da exposição «Aproximações Poéticas», de tributo a Natália Correia e Eugénio de Andrade-----

- Conservatório de Música David de Sousa para um Concerto da Orquestra Sinfónica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

- Maria Fernanda Rovira-----
- Institución Ferial de Castilla y León para a 26.ª Feira Internacional do Turismo de Interior em Valladolid-----
 - Freguesia de Bom Sucesso para o 38.º aniversário da Freguesia-----
 - Magenta para a exposição de arte «No Feminino»-----
 - Freguesia de Alhadas para o «FOLK ALHADAS»-----
 - Associação Cultural Recreativa e Desportiva da Gândara para o XXXV Festival Folclore «As Morenitas da Gândara»-----
 - Casa do Povo de Maiorca para o 47º Festival Internacional de Folclore - FestiMaiorca 2023-----
 - Magenta para a Exposição Pintura e Folclore-----
 - Freguesia de Ferreira-a-Nova para a Comemoração da Romaria em Honra de Santa Eulália-----
 - Sociedade Filarmónica Figueirense para o lançamento do seu livro «Tempo e Contratempo»-----
 - Rancho dos Pauliteiros da Serra da Boa Viagem | União Instrução e Recreio para o 35.º Festival de Folclore do Rancho dos Pauliteiros-----
 - Magenta para a Exposição Solidária de Silvia Almeida-----
 - COT K - Farol do Mondego para participação nas atividades com os peregrinos da Jornada Mundial da Juventude-----
 - Ateneu Alhadense para o 19.º Festival de Folclore-----
 - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento Mão na Mão para uma «Sardinhada Solidária»-----
 - Freguesia de Maiorca para a abertura da Piscina Municipal de Maiorca-----
 - Comissão de Festas para as Festas em honra de Nossa Senhora da Saúde-----
 - Sport Club de Lavos para o Festival de Folclore e Música Tradicional Portuguesa
 - Associação de Desenvolvimento de Murtinheira para a Festa em Honra do Senhor dos Aflitos-----
 - Freguesia de Lavos para o Dia da Freguesia-----
 - Sociedade de Instrução e Recreio de Lares para o Concerto da 12ª edição do estágio da SIREL-----
 - Rancho Etnográfico «Os Ferreiros» para o XXXIX Festival Nacional e XXIV Internacional de Folclore, integrado no evento «A Sul do Mondego»-----
 - Freguesia de Tavadre para a Festa do Limonete-----
 - Freguesia de Buarcos e São Julião para o 40º Festival de Folclore Buarcos-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

- Sociedade Musical Recreativa, Instrutiva e Beneficente Santanense para um Concerto com jovens músicos de Santana - Figueira da Foz e de Castrelo - Cambados
- Espanha-----
- Freguesia de Alhadas para a Festa Alhadas-----
- Freguesia de São Pedro para a abertura da Feira Mar e Terra-----
- Freguesia de Maiorca para o 2.º Passeio de Tratores em Maiorca-----
- A Confraria do Arroz Doce de Maiorca para o seu III Capítulo-----
- Freguesia de Quiaios para o Festival do Chouriço Tradicional de Quiaios 2023--
- Freguesia de Buarcos e São Julião para a abertura do XI Festival Pirata-----
- Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico da «Feijoada de Búzios»-----
- Comissão de Festas para as Festas em honra do Senhor de Quiaios 2023-----
- Freguesia de Alqueidão para os Encontros «a Sul do Mondego»-----
- Comissão de Festas para as Festas em honra de Nossa Senhora da Encarnação de Buarcos-----
- A Comissão de Festas para as Festas da Senhora da Piedade em Maiorca-----
- Filarmónica Quiaense para um Encontro de Bandas Filarmónicas-----
- Magenta para uma exposição de pintura de Elvira Abrantes, Luisete Baptista e Manuela Correia-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a Tertúlia de Arte e Literatura «ApalavrARTE»-----
- Freguesia de Vila Verde para o dia da Freguesia-----
- Comunicar Animar para uma sessão de Esclarecimento Dia Municipal para a Igualdade_22setembro 2023-----
- Associação Bodyboard Foz Mondego - Press Release Figueira Super Kids- Campeonato Distrital de Bodyboard e Surf-----
- Moções de outras Assembleias Municipais:-----
- Moções ««Pelos Pescadores, pelo Pescador de Sesimbra» e «Pelo respeito pela pesca nas dinâmicas de gestão e concorrência pelo espaço marítimo», enviadas pela Assembleia Municipal de Sesimbra, aprovadas, por unanimidade, em sede de sessão ordinária daquele órgão, de 07 de junho de 2023, entretanto remetidas a todos os deputados municipais.»-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dado nenhum cidadão se ter inscrito para intervir neste



Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município.”-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO «EXIGIR DO GOVERNO MEDIDAS PARA REDUZIR O VALOR DAS RENDAS E DAS PRESTAÇÕES AO BANCO E ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO» - SUBSCRITA PELA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.-----

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.-----

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.-----

Estas medidas não estão no chamado pacote «mais habitação». Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do Plano de Recuperação e Resiliência. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.-----

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.-----

A Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida a 29 de Setembro de 2023 delibera:-----

- Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital;-----

- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;-----

- Exigir do Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do Município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;-----

- Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação.-----

Esta Moção tem subjacente exigir do Governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação. Para mim, é de toda a conveniência apresentá-la, quanto mais não seja para alertar para este problema. A Coligação Democrática Unitária está muito preocupada com a situação das famílias do Concelho e do país, porque os custos são, de facto, incombustíveis!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Cunha Carvão, Susana Oliveira Monteiro, Rui Pinto Ferreira e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com onze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Rosa Costa Reis, Isabel Guerreiro Maia, Joaquim Francisco Pereira, José Borges Ligeiro e José Alberto Carvalho, dos membros do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, oito abstenções dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores, Gonçalo Andrade Oliveira, Edgar Pedrosa Gonçalves, José Augusto Mateus, António Graça Lapão, Gonçalo Raposeiro Faria, Micaela Miranda Durães e Rosa Maria Baptista, e do membro do Partido Socialista, Mafalda Reis Azevedo, e dezassete votos contra dos restantes membros do Partido Socialista, rejeitar a Moção «Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação», subscrita pela Coligação Democrática Unitária.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

B - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA FORMA ASSERTIVA COMO O EXECUTIVO EXERCE AS POLÍTICAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO, SUBSCRITO PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Foi entregue, hoje de manhã, pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, um Voto de Congratulação pela forma assertiva como o executivo exerce as políticas em prol do desenvolvimento do Concelho, que imediatamente foi reencaminhado para todos os deputados municipais.-----

Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira e Jorge Aniceto Santos e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão do Voto de Congratulação pela forma assertiva como o executivo exerce as políticas em prol do desenvolvimento do Concelho, apresentado pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade do mesmo.-----

Deliberação aprovada em minuta. -----

C - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA FORMA ASSERTIVA COMO O EXECUTIVO EXERCE AS POLÍTICAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO - SUBSCRITO PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal António Graça Lapão.

ANTÓNIO GRAÇA LAPÃO: "O Movimento Independente Figueira a Primeira, congratula este executivo pela forma assertiva como exerce as políticas em prol do desenvolvimento do Concelho.-----

Relativamente à época balnear há a realçar:-----

- a aquisição dos barcos para efetuar a travessia do rio Mondego, entre as duas margens, que até à presente data foram utilizados por cerca de 40.000 passageiros;
- a construção das piscinas de água salgada aquecida no areal da praia, que foi um extraordinário sucesso, e em cerca de 45 dias, estima-se que foram frequentadas por cerca de 60.000 banhistas.-----

Estas infraestruturas, pela sua inovação, foram polos de atração quer de turistas,



quer dos órgãos de comunicação social, os quais teceram rasgados elogios à sua construção.-----

A fim de visitar e usufruir destas infraestruturas, verificou-se um aumento significativo de turistas durante a época balnear, de várias nacionalidades, facto que contribuiu para a ocupação da hotelaria e da restauração.-----

Segundo os seus representantes, estes dois setores tiveram um acréscimo de ocupação que excedeu todas as expectativas.-----

Este aumento de visitantes deve-se à promoção por este executivo da «Marca Figueira», através de vários eventos desportivos e culturais realizados este ano, onde se pode realçar a super especial WRC Vodafone Rally de Portugal, o Figueira Champions Classic, o 47.º FestiMaiorca, espetáculos no Centro de Artes e Espectáculos, entre outros eventos culturais e desportivos realizados no Concelho. A construção das piscinas de água salgada aquecida no areal e os carrinhos de transporte até à praia facilitou a mobilidade dos turistas, o que fez aumentar a procura da nossa Cidade como destino de férias e, consequentemente, a hotelaria e restauração para fazer face à procura destes estabelecimentos mantiveram e criaram postos de trabalho, contribuindo assim para o bem-estar económico e paz social. - Pelo exposto, o Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira apresenta o seguinte Voto de Congratulação e a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida a 29 de setembro de 2023, delibera:-----

a) Congratular-se com a aquisição do barco elétrico para assegurar a travessia entre margens e a implementação das piscinas de água salgada, construídas no areal da praia, facto que fez aumentar exponencialmente o número de turistas que visitaram o Concelho da Figueira da Foz;-----

b) Enviar o Voto de Congratulação à Câmara Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária vai abster-se neste Voto de Congratulação.-----

A utilização dos barcos para a travessia do rio é, sem dúvida, positiva. Aliás, a Câmara Municipal deveria reformular este serviço, por forma a torná-lo ainda mais útil, com o alargamento do horário matinal.-----

No Voto de Congratulação diz-se que há a realçar a aquisição dos barcos. Não me parece exatamente assim, porquanto, segundo sei, um dos barcos vai ter de ser devolvido a Aveiro. Todavia, sendo através de aquisição ou de aluguer, o serviço



deve, de facto, continuar.-----
Será que a ocupação hoteleira aumentou? Não se sabe, porque os dados provisórios consultados no Instituto Nacional de Estatísticas dizem-me que diminuiu, embora os valores finais só se conheçam para o ano em 2024.-----
Não obstante, havia muita gente na Figueira da Foz, tenho é algumas dúvidas que a ocupação hoteleira tenha subido assim tanto, mas o número de pessoas na Figueira da Foz principalmente durante o dia aumentou.-----
De qualquer modo, eu não estou aqui só a representar a minha vontade, mas nunca gostei muito e não gosto de votos de congratulação por aquilo que se faz. O que se faz é pelo bem da Cidade!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Rui Pinto Ferreira e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, vinte e duas abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar o Voto de Congratulação pela forma assertiva como o executivo exerce as políticas em prol do desenvolvimento do Concelho, apresentado pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Aproximam-se os 50 anos do 25 de Abril. As suas comemorações têm de ter o nosso esforço em envolver as populações e os nossos jovens, sendo imprescindível transmitir-lhes que os povos não têm nada por adquirido.-----

Os processos têm de ser defendidos todos os dias e a prová-lo temos o exemplo da Revolução Chilena que, a poucos meses da nossa revolução de 25 de Abril de 1974, naquela terça-feira de 11 de setembro de 1973, sofreram um golpe sangrento de morte, não conseguindo sobreviver para comemorar o seu 3.º aniversário.-----

Na preparação deste golpe fascista o poder económico promoveu uma campanha mediática contra o Governo da Unidade Popular em conjunto com a paralisação da



rede de transportes e a fuga de capitais.-----

O Plano Condor delineado pelos Estados Unidos, como forma de controlar os países da América Central e do Sul, instalou ali um governo que implementou políticas de mercado livre na esfera económica, com recurso à violência e ao autoritarismo exercido contra os trabalhadores intelectuais e as mais amplas camadas sociais. O Chile é um exemplo a não esquecer!-----

Como disse, nada é tido como certo se não defendermos e não exigirmos a aplicação do que conseguimos com os direitos conquistados e consagrados com a aprovação da Constituição da República em 1976.-----

Se não pugnarmos por direitos como a educação, a habitação, a saúde, a cultura e o trabalho, é certo que a situação vai piorar ainda mais! É preciso lutar e defender a nossa Constituição dia após dia!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - RELATÓRIO DO INSTITUTO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SOBRE A «MONITORIZAÇÃO DE ODORES NA ZONA SUL DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Este Relatório é certamente um trabalho importante, mas lamento a pouca participação da população e que tivesse havido empresas que se escusaram a responder aos inquéritos.-----

Depois da apresentação deste estudo o diagnóstico está feito e, agora, qual vai ser o tratamento?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "Recebemos e analisámos o Relatório sobre a monitorização de odores na zona sul do Concelho da Figueira da Foz e gostaríamos de tecer algumas considerações.-----

Na fase inicial, foi criada uma rede de parceiros: empresas, eleitos locais, organizações ambientais e cidadãos, que acabou por se diluir quer pela falta de resposta de todas as empresas, quer pela ausência da comunicação de resultados conjunta.-----

A estratégia da discussão inicial para a comunicação dos objetivos deve ser a mesma para a apresentação do Relatório final, por isso, queremos saber para quando é que ela está prevista.-----

A amostragem da população inquirida não é significativa. Os 280 questionários entregues deviam ter sido muito superiores para se obter sim, 280 questionários



válidos e garantir uma amostra heterogénea cumprindo, posteriormente, os requisitos de entrega e resposta.-----

No entanto, as queixas existentes não deixam dúvidas! Os diversos apelos das populações nesse sentido devem ser relevados e o número de questionários válidos no estudo pode pôr isso em causa. Contudo, o resultado não deixaria de ser o mesmo se o número fosse superior. É preciso vincar este ponto!-----

Foi registado o não compromisso das empresas Cofisa, Conservas de Peixe, S.A., Crigado - Sociedade Agro-Pecuária, S.A. e Gasprocar Comércio de Combustíveis, S.A., que, por opção, não foram avaliadas. Porém, por obrigação legal devem autonomamente evidenciar resultados que comprovem que aplicam as melhores técnicas disponíveis para garantir a minimização da formação de odores, bem como, dos demais impactos ambientais negativos.-----

Tal requisito legal é validado sistematicamente pelas entidades licenciadoras e inspetivas, portanto, o Município deve solicitar a essas entidades as correspondentes provas de atuação.-----

Comprovada a incomodidade, as sugestões da futura gestão deste problema até estão bem identificadas no próprio documento: o Município no âmbito das suas competências deve promover a reunião de todos os atores envolvidos, permitir a discussão pública deste Relatório, já com a análise conjunta da informação requerida às entidades e às empresas faltosas por parte do Departamento de Ambiente da Câmara Municipal, e criar uma Carta de Compromisso de atuação para a devida planificação temporal e atribuição de responsabilidades. Caso contrário, o assunto morre.-----

Não subestimamos os odores, porque eles promovem vários efeitos adversos, tais como náuseas, problemas respiratórios, irritação nos olhos e garganta, insónias, dores de cabeça, ansiedade e stress. A longo prazo, a sua exposição prolongada pode promover também a ocorrência de outros problemas físicos e do ponto de vista da economia é evidente que o impacto é visível, podendo decrescer o valor dos terrenos, o volume do turismo e a avaliação das habitações no mercado imobiliário. No entanto, frisamos que as empresas são valor, são fator de desenvolvimento, são fonte de riqueza, emprego e dinamismo, não são o alvo, mas também não o são as pessoas afetadas.-----

Todos devem estar envolvidos, porque a demonstração de interesse, por si, já tem um relevante impacto neste problema com grande carácter subjetivo, devendo, por isso mesmo, ser enaltecida a colaboração das empresas e dos participantes neste estudo até aqui e daqui para a frente."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Foram poucos os auscultados, mas não fomos nós que encomendámos esse estudo e os seus parâmetros foram definidos ainda pelo executivo anterior.-----

Afirmava ontem o Presidente da República, a propósito do aeroporto, que os políticos quando não lhes apetece muito tomar determinadas decisões constituem comissões técnicas ou pedem estudos técnicos.-----

Eu não quero mais uma vez deixar de exprimir o meu repúdio, pelo facto de até agora não estarem tomadas as devidas decisões, por exemplo, em relação a suiniculturas completamente poluidoras. E garanto que, em breve, iremos para lá até aquilo fechar, porque é absolutamente inadmissível!-----

Temos insistido, temos feito de tudo e mais alguma coisa para a Direção Regional de Agricultura, principalmente ela, tomar a medida que se impõe. Também questionamos o Ministério do Ambiente se ia votar a favor de uma suinicultura como aquela!!!-----

Está tudo ao contrário... Se a Direção Regional do Ambiente também votasse esta suinicultura, mais valia desistirmos! Mas mudou, porém, a Direção Regional de Agricultura ainda não! Há quem tenha força neste país! Mas vamos ver quem tem mais força da moral, da convicção e da luta."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE BIOCOMBUSTÍVEL EM VILA VERDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Continuando a falar sobre impactos ambientais, gostaria que o Presidente da Câmara falasse sobre a instalação da unidade de produção e armazenamento de biocombustível na margem direita do Mondego, em Vila Verde."---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM DE NÍVEL NA SALMANHA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A anunciada passagem de nível da Salmanha, proposta há longos anos pela Coligação Democrática Unitária como solução para aquela zona, vai ter em conta a retirada das terras em frente às casas?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



H - TRANSPORTES PÚBLICOS NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "No concurso a decorrer para os transportes rodoviários, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra colocou no Caderno de Encargos para o Concelho da Figueira da Foz, os transportes já existentes, ou vai a concurso com um novo reforço?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Para quando a existência de transportes municipais?-----
No momento em que o anterior executivo municipal suprimiu os estacionamento devido a obras que não trouxeram qualquer retorno, nem mesmo estético, os que existem são pagos e em que há necessidade de reduzir o número de veículos a circular para promover um melhor ambiente, é necessário criar alternativas. E essas são mesmo o transporte municipal.-----

Parece-me estar na hora de assumir esta responsabilidade e de reverter a delegação na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que até ao presente não é solução."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Manuel Rascão Marques, estamos a trabalhar muito no assunto. Estou de acordo consigo e já lho disse.-----
À Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pede por tudo para se esperar até ao fim do ano, até dezembro, porque está a decorrer o Concurso."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - OBRAS NA RUA DR. SANTOS ROCHA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Gostaria de obter informação sobre as obras na Rua Dr. Santos Rocha.-----

Vai acontecer o mesmo que ocorreu com a Rua dos Combatentes? O que está a ser feito para a resolução do problema ou problemas, que eu não sei exatamente quais são?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu sei o que se passa, mas como tenho uma especial simpatia pela Direção Regional da Cultura e o Vereador Ricardo Pedrosa Silva está a acompanhar essa obra mais diretamente, vou deixar que ele vos esclareça sobre a



intervenção na Rua Dr. Santos Rocha.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Ricardo Pedrosa Silva, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADOR RICARDO PEDROSA SILVA: “Na obra da Rua Santos Rocha não irá acontecer o que aconteceu na Rua dos Combatentes, porque no dia 01 tivemos uma visita ao local por parte da Direção Regional de Cultura do Centro que mandou terminar aquela frente de trabalho da obra.-----

Esta Direção Regional fez um relatório que enviou para o Ministério da Cultura e esse parecer, que no passado demorou um ano, desta vez, demorou apenas um mês.--

Queríamos iniciar os trabalhos e a mesma Direção Regional vem-nos colocar alguns obstáculos à condução e à forma de executar a empreitada.-----

Não teve essa consideração na outra fase, onde ao mesmo tempo que a obra ia avançando, podiam ir desmontando a galeria.-----

Agora, a Direção Regional de Cultura do Centro está a obrigar o Município e o empreiteiro a levantar só tampa da galeria, fazer o registo pelos arqueólogos do empreiteiro que demora, seguramente, três semanas, enviar o relatório para Direção Regional de Cultura do Centro em Coimbra, Coimbra envia o relatório para Lisboa, Lisboa envia o relatório para Coimbra, Coimbra envia-o para a Figueira da Foz.--

Com tudo isto, passa mais de um mês e meio dois meses com um esgoto a céu aberto!!! Ali existe uma galeria de 60 centímetros por 90 de altura. Querem fazer o registo exatamente do que lá está para ficar documentado.-----

Não concordamos com esta situação e temos andado em fase de negociações com a Direção Regional de Cultura do Centro. Internamente estamos a avaliar mudar a metodologia da obra para a sua execução não demorar tanto tempo.-----

Sublinho que estes obstáculos são apresentados pela Direção Regional de Cultura do Centro, não podendo o Município ser culpabilizado pela situação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Ainda sobre esta questão das obras na Rua Dr. Santos Rocha, tomei a liberdade de falar com o Ministro da Cultura, que foi muito diligente a tentar saber o que se passava.-----

Para além do incómodo para os cidadãos, nós não podemos ter uma obra com um esgoto a céu aberto, com o cheiro para toda aquela zona e com este tempo de demora. Irem registar pedra a pedra, centímetro a centímetro, as características da galeria!- Pode-nos obrigar a fazer outra vez a unificação do que lá existe e não a separação, portanto, como disse o Vereador Ricardo Pedrosa Silva, mudar a metodologia da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

obra."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTANA, ANTÓNIO MANUEL SARAIVA FIGUEIREDO - SUBSCRITO PELA DEPUTADA MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "O Senhor António Manuel Saraiva Figueiredo, residente em vida na localidade de Santana, Freguesia de Ferreira-a-Nova - Figueira da Foz, nasceu há 66 anos, tendo falecido no dia 24 de Agosto de 2023, cujas cerimónias fúnebres foram realizadas no dia 26 de Agosto de 2023, pelas 15,00 horas, na Capela Mortuária de Santana.-----

O Senhor António Manuel Saraiva Figueiredo, ficará para sempre ligado à Freguesia de Ferreira-a-Nova, Freguesia onde viveu e onde exerceu as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Santana por dois mandatos, entre o ano de 1993 e 2001, tendo para além do desempenho desse cargo, estado sempre ligado das mais diversas formas ao movimento associativo local.-----

Por toda a sua vida pública e pela sua forma dedicada e abnegada com que sempre serviu a nossa comunidade, deixou sem sombra de dúvida um legado e uma forma de estar que permanecerá na memória de todos os que com ele tiveram o privilégio de privar.-----

Aos seus familiares, amigos e cidadãos da Freguesia e do Município que o tinham por referência e estima, ficam as nossas sentidas condolências, manifestando esta Assembleia Municipal um público Voto de Pesar pelo seu falecimento.-----

A Assembleia de Freguesia de Ferreira-a-Nova, aprovou este voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente de Junta de Freguesia de Santana e prestou homenagem à sua memória através da realização de um minuto de silêncio e da comunicação à sua família do «Voto de Pesar»."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da deputada municipal Susana Oliveira Monteiro do Partido Socialista, cumpriu um minuto de silêncio e deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de António Manuel Saraiva



Figueiredo, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Santana, e apresentar condolências à família enlutada.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

K - EDUCAÇÃO NA MARINHA DAS ONDAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: "Em primeiro lugar, um agradecimento à Vereadora Olga Brás por todo o empenho e disponibilidade até hoje demonstrados na resolução dos problemas da educação, sentidos em Marinha das Ondas.-----

A escola, com três salas de aula, foi inaugurada em 2016, na altura com cerca de 40 alunos. Hoje, temos 64 alunos, já tivemos de mandar 6 ou 7, que estão neste momento na Praia da Leirosa, para a Escola da Praia da Leirosa e temos a escola superlotada.-----

Temos tido conversações com a Vereadora Olga Brás no sentido de se ampliar a escola para arranjar solução.-----

A população de Marinha das Ondas continua a crescer todos os dias. Atualmente, temos 38 grávidas, portanto, continuamos a ter mais miúdos.-----

O executivo da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas e a Associação de Pais gostava que o Presidente de Câmara nos desse aqui alguma ajuda na resolução urgente deste problema."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Sabe que a propósito dos Vereadores e de mim próprio, se há conversa que eu tenho tido com a Vereadora Olga Brás, desde o início do mandato, é «eu não fecho escolas». A Direção Regional de Educação propôs o encerramento de várias escolas. Já no mandato anterior era a mesma coisa.-----

Agora, sabe qual é o problema? É ter salas de aula para albergar toda a gente, porque, por exemplo, em Brenha passou de nove alunos para vinte e seis. Pode perguntar-me se estava a prever tantos imigrantes e eu dir-lhe-ei «com certeza que não».-----

A única coisa de que tenho a certeza e convicção é que é um péssimo sinal para as populações fechar equipamentos, sejam eles maternidades, escolas ou centros de saúde.-----

Digo isto há muitos anos, não é de agora! Pode dizer assim «é teimosia». É! O mundo, de facto, muda muito e se nós queremos que as terras sejam atrativas, que sinal é que damos para quem pode vir de fora viver para cá se fecharmos os espaços?! Há quinze dias, uma pessoa que me convidou para falar num Colóquio sobre Habitação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

em Leiria, dizia-me que estavam a vir várias pessoas de Leiria morar para a Figueira da Foz, até devido ao preço do custo do metro quadrado em Leiria, que julgo estar altíssimo. Não são só cidadãos estrangeiros...-----
Portanto, o Presidente da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas, em meu entender sempre equilibrado nas suas intervenções falou na Escola e no Centro de Saúde.--
Eu vou tentar, vamos ver porque agora são realidades novas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Eu hesitei bastante em relação a esta intervenção que será muito curta.-----

Estou aqui na qualidade de deputado eleito pelo Bloco de Esquerda e vou limitar-me a fazer uma correção nos números que apresentou em relação à Escola de Brenha. Sem tecer qualquer consideração, porque não seria correto da minha parte, mas para que essa incorreção não continue a perpetuar-se, ao dia de hoje, o número de alunos em Brenha é de 13 e não 26.-----

Se há algum engano na comunicação, não sei se terá sido da nossa parte. Não sei mesmo!-----

Fica aqui a correção e não farei mais qualquer comentário em relação a isto."---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - SAÚDE NA MARINHA DAS ONDAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: "Centro de Saúde, aí sim, também nós, enquanto executivo, não entendemos as razões de ele ter sido colocado na antiga Escola Primária, pois o espaço é pequeno. Mas, não há volta a dar, já está feito e, agora, temos de olhar para a frente.-----

Felizmente, temos dois médicos naquele Centro de Saúde e temos utentes para ter um terceiro médico, não temos é um Gabinete para ele. Por isso mesmo, precisamos urgentemente de ampliar aquele Centro de Saúde.-----

Mais grave - temos um Centro de Saúde, inaugurado há um ano, que não tem uma antecâmara que sirva de abrigo para a chuva, vento e frio para quem ali chega pelas 06,00 ou 07,00 horas da manhã e fica a aguardar consulta ou tratamento.---

No Inverno passado, foi penoso vermos as pessoas ali a sofrer durante as manhãs. Portanto, também nesta matéria pedimos a ajuda do Presidente da Câmara para dar mais condições aos nossos utentes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tomei boa nota da generalidade das questões colocadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

Naturalmente, procuraremos prosseguir o trabalho com aquelas que ainda não estão resolvidas.-----

Não vou tecer considerações sobre intervenções políticas aqui havidas, de balanço ou de empates, ou outras considerações. Isso é natural e cada um tem a sua opinião! O Presidente da Junta da Marinha das Ondas não tenha dúvidas que seja o que for que os Vereadores façam tem o envolvimento do Presidente da Câmara, porque aquilo que referiu da parte da Vereadora Olga Brás tem o meu assentimento. Não sei trabalhar de outra forma! E isso não prejudica a iniciativa dos próprios.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Marinha das Ondas refere agora que o Centro de Saúde é exíguo. Eu sei que o senhor só iniciou funções há dois anos, mas se temos de reparar o que foi feito há trinta anos, imagine o que é termos de reparar o que foi feito há dois anos!!!-----

Referiu não ter teto para as pessoas se protegerem da chuva, não ter abrigo, faltar uma sala. Acrescentou não ter sido uma boa opção instalar o Centro de Saúde na antiga escola.-----

Como sabe, a obra depois de termos tomado posse ainda atrasou um ano. O Centro de Saúde esteve para ser inaugurado antes de eleições, mas o Dr. Carlos Monteiro teve o bom senso de não o fazer.-----

Vamos estudar o assunto, vamos ver porque estamos perante realidades novas.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - PRAIA DA LEIROSA - ACESSIBILIDADES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: “E porque o executivo de Marinha das Ondas entende não dever só criticar, mas também dar os parabéns e agradecer a quem o ajuda, deixo aqui um agradecimento ao Presidente da Câmara e à sua equipa pela mais-valia que deu à nossa Praia nestes dois anos.-----

Finalmente, temos uma escada a Sul e temos um acesso para pessoas com mobilidade reduzida de que o executivo da Junta de Freguesia muito se orgulha, tal como a Praia da Leirosa e a população de Marinha das Ondas.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - PONTE EUROVELO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Clarisse Silva Oliveira.-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA: “Qual o ponto de situação da Ponte sobre o Rio Mondego, normalmente denominada de Eurovelo?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

Em relação à Ponte sobre o Rio Mondego já houve tantos avanços e recuos... O Presidente da Câmara a 30 de março, no aniversário da Freguesia de Alqueidão, afirmou que as obras, provavelmente, começariam em setembro/outubro. Presumo que não será deste ano, porque tanto quanto sei foi anulado um concurso e aberto um outro."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão vem fazer perguntas sobre a Ponte de Alqueidão, em relação às quais sabe perfeitamente as respostas."-----

Eu estava aqui a ver umas intervenções suas em dezembro de 2020, onde afirmava «agora, finalmente, vamos ter resolvida a situação ... é uma pena não ter duas vias, mas tem, pelo menos, uma...». Também uma intervenção do Presidente de Câmara, aquando da assinatura do Protocolo em março de 2021 com o Dr. Pimenta Machado a dizer «finalmente, vamos ter a Ponte e a obra estará em curso até ao final do ano 2021...». Mas como sabe, foi chumbada!-----

Ao escutar aqui algumas perguntas, chego a pensar que não estou a ouvir bem.----
O prazo deste concurso foi prorrogado para a solicitação dos concorrentes e acaba exatamente amanhã dia 30 de setembro. Se Deus quiser, teremos várias propostas para poder tomar uma decisão. Agora, vamos analisá-las. Esperemos, não haja reclamações pois, tanto quanto sei, haverá mais concorrentes. Que vai ser feita, vai ser feita!-----

Em relação a várias questões colocadas aqui, vou dizer-vos qual a grande dificuldade."-----

Esta semana houve uma reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, com a Ministra da Coesão, em Miranda do Corvo, onde estive eu e a Vice-Presidente. Foi uma reunião muito proveitosa e gostei bastante de ouvir a Ministra da Coesão. Sabem que do Portugal 2020 ainda só estão executados 75%. Há 40 milhões de euros para executar."-----

Eu ainda ontem em contactos por mensagem com a Ministra da Coesão (acontece quando vou do lado de lá da Ponte Vasco da Gama ou fico do lado de cá da Ponte 25 de Abril), tentei marcar uma reunião para ver se conseguia candidatar a esses 40 milhões de euros por executar, os 07 milhões de euros das infraestruturas da nova Zona Industrial do Pincho, e os 07 milhões de euros da tal iluminação inteligente do Concelho."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



O - ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE ALQUEIDÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Clarisse Silva Oliveira.-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA: "Já por várias vezes solicitei ao Presidente da Câmara e à Vereadora Anabela Tabaço a reativação da Área de Reabilitação Urbana da Freguesia de Alqueidão.-----

Inclusive, na última reunião de Câmara, à qual assisti, a Vereadora Glória Costa Pinto questionou os motivos pelos quais a Área de Reabilitação Urbana da Freguesia de Alqueidão não era reativada. Nessa altura, a Vereadora Anabela Tabaço disse para me perguntarem por que razão tendo a Área de Reabilitação Urbana caído em 2017 eu não tinha pedido a sua reativação nessa data.-----

Portanto, em 2017 quando iniciei as minhas funções de autarca não havia investimento por parte de pessoas de fora a querer comprar casas e a investir na minha freguesia. Como sabe, Alqueidão é uma freguesia envelhecida, os jovens saem para estudar alguns regressam, outros não, daí não o ter feito naquela altura.-- Felizmente, nos últimos meses pós-Covid temos assistido a uma grande procura por parte de estrangeiros e não só, portugueses também.-----

Portanto, temos muitos brasileiros, holandeses, ingleses, italianos, venezuelanos, franceses, belgas, alemães e portugueses a comprar casas devolutas. Assiste-se, ainda, a construtores a comprarem essas casas para as reabilitar e, posteriormente, as colocarem no mercado de arrendamento ou venda.-----

Felizmente, alguém vê que o Alqueidão é uma boa Freguesia para comprar casa e investir.-----

Ora, isto é, uma mais valia para a Freguesia e por isso questiono qual é a dificuldade em reativar a Área de Reabilitação Urbana e quando é possível fazê-lo.-----

Para além de reativar a Área de Reabilitação Urbana, será importante publicitá-la para que as pessoas tenham conhecimento da sua existência e poderem usufruir dos benefícios a que têm direito."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A Área de Reabilitação Urbana, como a Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão sabe, tem algumas consequências fiscais entre outras.- Não foi por acaso que um executivo anterior alterou essa cobertura. Lisboa, por exemplo, neste momento é toda Área de Reabilitação Urbana, o que para alguns é caricato.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

Mas eu vou-lhe dizer, não é só Alqueidão que tem investimentos de cidadãos estrangeiros e portugueses, Maiorca, Lavos e Quiaios também têm. Temos várias Freguesias que, neste momento, não têm uma proteção de Área de Reabilitação Urbana. Devem saber que a 2.ª Fase da Requalificação da Frente Marítima de Buarcos não teve financiamento europeu, porque não é Área de Reabilitação Urbana.----- Quando abrimos esse processo de se estender a Área de Reabilitação Urbana, vai ser bom, mas depois temos de medir estas consequências, nomeadamente em termos fiscais. E hoje até é um dia interessante a esse propósito.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - ZONA INDUSTRIAL DA COVA-GALA - SINALÉTICA DE TRÂNSITO, LIMPEZA E POLUIÇÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Coelho Silva.-

JOSÉ COELHO SILVA: “Em reunião com os empresários da Zona Industrial da Cova Gala/Lavos, passo a descrever algumas das suas reclamações que verifiquei igualmente no local.-----

A estrada principal da Zona Industrial da entrada Norte está com obrigatoriedade de dar a prioridade à direita às estradas adjacentes, o que muitas vezes não é cumprido e tem causado acidentes, até mortais, como já aconteceu. Já ali faleceu uma pessoa minha conhecida.-----

Deve ser colocada sinalética vertical nessas estradas adjacentes de forma que a estrada principal tenha prioridade.-----

As estradas na Zona Industrial estão totalmente degradadas, o piso com buracos enormes como qualquer visitante ou industrial pode constatar, o que não dignifica quem a visita ou ali se quer instalar.-----

Falta de passeios em frente às empresas, umas têm outras não, por falta dos empresários que estariam obrigados a cumprir essas infraestruturas e não as fizeram. Porque não há fiscalização por parte do Município para esse efeito?----

Já para não referir a total falta de limpeza, com algumas ervas a alcançar os muros das fábricas!-----

Em frente à empresa Somitel existe um depósito de material, que parece pó de vidro, sem qualquer cobertura. Esse pó espalha-se por cima de todas as instalações, entra dentro das mesmas e os carros dos funcionários, que ali trabalham, ao fim do dia estão negros. Chamadas as autoridades, até ao momento, não houve qualquer intervenção. Se a poeira causa isto no exterior, o que não fará aos seres humanos que ali trabalham?!”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



Q - PARQUE DE CARAVANAS DA COSTA DE LAVOS E PARQUES DE RESÍDUOS - PARECERES DA CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Coelho Silva. -

JOSÉ COELHO SILVA: "A Junta de Freguesia de Lavos pede ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre dois Protocolos: um com uma empresa que se quer instalar e pretende modificar e alterar o Parque de Caravanas na Costa de Lavos, outro relativo a instalação de parques de resíduos.-----

Segundo creio, o Vereador Manuel Fernandes Domingues tem cópia desses protocolos para o Presidente da Câmara analisar e a Junta de Freguesia de Lavos agradecia uma resposta mal seja possível, porque receio que a empresa do Parque de Caravanas venha a desistir.-----

Recebi hoje um email dessa mesma empresa a convidar-me para estar presente na Feira Internacional de Lisboa, onde também dizem ser proprietários de mais de 400 Parques na Europa, pretendendo, agora, instalar-se em Portugal.-----

O executivo da Junta de Freguesia de Lavos está disponível para convidar o proprietário a deslocar-se à Câmara Municipal para esclarecer quaisquer dúvidas que o Presidente da Câmara Municipal possa ter sobre esta matéria."-----

Quando estava a falar no Parque de Caravanas, houve aqui um lapso de microfone e sinceramente aquilo que eu tinha para dizer passou.-----

Mas eu queria lembrar ao Presidente da Câmara que, em relação ao Parque de Caravanas da Costa de Lavos, os Lavoenses querem o Parque de Caravanas, não querem é um Parque de Caravanas selvagem.-----

Não querem ver mais as pessoas amanharem o peixe onde as que saem da Praia vão lavar os pés. Não querem ver os caravanistas a lavar os pratos nas pias das casas de banho. Não querem ver um caravanismo selvagem, estendais de roupa, desculpe a expressão e a ironia, tipo aldeia da roupa branca.-----

Pretendíamos, realmente, uma outra imagem que a Costa de Lavos merece e que, julgo não terá custos nem para o Município nem para a Freguesia."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - BOLSA DE VOLUNTARIADO PARA APOIO AOS IDOSOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Portugal é o quarto país do mundo com mais pessoas acima dos 65 anos de idade e onde a população, nesta faixa etária, já representa quase 25% do total.-----

Chegar a idoso é um privilégio que é negado a muitos.-----



Mas ser idoso neste país e nestes tempos não é nada fácil. As notícias vão-nos mostrando idosos tristes, desprotegidos, sós, impotentes para fazerem face às muitas necessidades do quotidiano, vivendo sem alegria e sem consolo de mãos amigas, que lhes levem um pouco de consolo e ajuda à vida, um pouco de solidariedade, de companhia e de conforto, na última etapa das suas vidas!-----
Por um lado, porque já não se conseguem locomover, mercê do desgaste físico e psicológico próprios da idade, por outro lado porque há muita indiferença e descaso para com o idoso.-----

Assim, e porque me preocupo muito com os idosos e as crianças, vinha solicitar ao senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, para que estudasse a viabilidade desta Câmara ter uma Bolsa de Voluntariado monitorizada e preparada por uma Assistente Social, para fazer nascer uma ponte de solidariedade para com os idosos que vivem sozinhos, proporcionando-lhes pequenas, mas importantes ajudas; uma vez por semana, quer para: levantar medicação na Farmácia, ir levantar receitas ao Centro de Saúde, pagar a conta da luz e da água, fazer algumas compras que necessitem, marcar consultas, etc.-----

Isto permitiria uma permuta de afetos, estreitamento de laços de solidariedade e uma ação cívica de grande relevância e valor. Talvez a visita semanal esperada com mais ansiedade pelos idosos, criando vínculos importantes.-----

Isto é praticado nalgumas cidades do país com bastante sucesso. Alfândega da Fé é disso um exemplo de enorme sucesso. Mas não é só nesta localidade... espalhadas pelo país há iniciativas muito interessantes e importantes para suavizar os últimos anos de vida de qualquer ser humano."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Ouvi o que sugeriu a deputada municipal Isabel Guardão Tavares e tomei boa nota."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - BALANÇO DE DOIS ANOS DE MANDATO DO EXECUTIVO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Se a memória não me falha, foi numa das primeiras sessões do ano passado, fevereiro ou abril de 2022, que o Presidente da Câmara se insurgiu, com a sua razão, contra o teor de uma intervenção do líder do grupo municipal do Partido Socialista, afirmando na altura ser ainda muito cedo para começar a fazer balanços da atividade deste executivo.-----

De facto, tinham passado apenas cerca de seis meses das eleições e o que estava



em causa era discutir um conjunto de opções tomadas no âmbito da sua governação, algumas delas que não poderiam ser avaliadas numa fase tão prematura.-----

Pois bem, estamos praticamente chegados a metade dessa governação, uma vez que tomou posse no dia 17 de outubro de 2021. Parece-me adequado, pois, proceder a uma avaliação do trabalho deste executivo.-----

Diria que o verbo que mais se tem destacado nas suas intervenções públicas, textos fornecidos a esta Assembleia e múltiplas declarações reproduzidas na comunicação social, tem sido verbo «fazer».-----

Como não está literalmente aplicado, é a palavra e o conceito que estão implícitos na apreciação do trabalho realizado.-----

É óbvio que uma análise mais fina dessas declarações impõe, desde logo, as perguntas: Sim! Mas fez o quê? E em que contexto? E aquilo que não fez e podia ter feito? Foram as melhores opções? Etc. Começa aqui certamente a discussão política que me traz a esta intervenção.-----

Deixando desde logo muito claro que o meu grupo municipal não põe minimamente em causa a dedicação, o afincamento e profissionalismo do seu executivo, de toda esta Assembleia e, não esquecendo, de toda a Câmara, todos juntos contribuindo para um melhor funcionamento do Município, vamos à discussão das suas opções políticas.-

Começaria por fazer algo que nem gosto muito habitualmente, mas que acaba por ser útil quando se tem pouco tempo, que é aplicar uma série de metáforas do mundo do desporto, sobretudo o futebol.-----

Assim, penso que, neste confronto com a realidade do Município, o Presidente e o seu executivo estão empatados ao intervalo, com a perspetiva das coisas, na minha opinião, não correrem muito bem para o seu lado na segunda parte.-----

Parece-me que a sua governação averbou vitórias sem grande contestação. Desde logo, a abertura de um Campus da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz, apesar de insistirmos na comunicação imprecisa e até um pouco populista feita e a entrada da Figueira Champions Classic no circuito europeu e mundial de provas velocipédicas.-----

Mas também averbou derrotas como o Grande Prémio de Fórmula 1 de Motonáutica ou a recente questão da «limpeza» do areal da Praia da Claridade que espero, sinceramente, não se venha a concretizar.-----

Outras questões houve que não serão, porventura, nem uma coisa nem outra, apenas medidas pensadas, por vezes levadas a cabo, outras vezes abandonadas, como a questão do Cabo Mondego em que se poderá estar a perder mais uma oportunidade de



resolver um problema ambiental que a Cidade sente.-----

Concedo, por fim, que se nota uma preocupação em resolver questões antigas deixadas ao abandono, em arrumar a casa, como acontece com a Piscina Mar ou o Convento de Seiça, sendo o Paço de Maiorca uma questão semelhante embora tratada de uma forma a que voltaremos.-----

Estes são apenas alguns exemplos de como considero que a sua governação mostra uma tendência muito forte para se autopromover, dando sempre grande ênfase à realização e à sua publicitação, procurando passar uma ideia de muito dinamismo, mas que esbarra várias vezes na realidade de não cobrir áreas que a população em geral sente que estão deficitárias, sobretudo numa altura de grande estrangulamento financeiro provocado por decisões verdadeiramente criminosas do Banco Central Europeu, sempre com sacrossanto desígnio do controlo da inflação que tudo justifica, enriquecendo a banca de uma forma nunca vista.-----

Já o referi noutras ocasiões, pôr a Figueira da Foz no mapa, como a Vox Populi costuma designar a sua governação, não pode ser o Alfa e o Ómega da mesma. Há outros setores da população figueirense, com todo o respeito pela hotelaria e restauração, que também desenvolvem atividade necessária ao Concelho onde escolheram viver e não só vir de férias.-----

A este propósito, lembro que propus na sessão de 29 de setembro de 2022, faz hoje exatamente um ano e a Assembleia votou favoravelmente, ao seu executivo um conjunto de medidas que se destinavam a sugerir a criação do Programa de Apoio Municipal às Famílias e Empresas afetadas pelo Aumento do Custo de Vida, nomeadamente através de medidas que passavam por um possível congelamento de rendas, isenção de taxas, reforços de fundos e apoios extraordinários, todas elas passíveis de serem implementadas pelo executivo.-----

Venho mais uma vez questionar o Presidente da Câmara em relação a esta questão. Foi tomada alguma medida concreta das sugeridas ou alguma medida equivalente?---

Senhor Presidente da Câmara, desejo-lhe, sem qualquer ponta de cinismo, que a segunda parte do seu mandato lhe corra bem, na exata medida em que tal beneficiar o nosso Concelho e em melhorar a vida dos figueirenses em tempos que não vão ser nada fáceis. E é nessa medida que o desejo!-----

Mas quer-me parecer que certo tipo de estratégias e pensamento político centrado na autopromoção possa levar a uma derrota no confronto com a realidade dos factos, o que pode levar a que a Figueira a Primeira se torne efetivamente a Figueira a Segunda e última!"-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: "Permitam-me que contorne um pouco o tema de que tinha pensado falar, mas depois de ouvir aqui o VAR a declarar um empate após estes dois anos de mandato do nosso executivo, não poderia deixar de o fazer.-----

Eu penso, e acho que o nosso grupo municipal também pensa, que nestes quatro anos que os figueirenses nos depositaram confiança e nos permitiram governar, nós só temos a congratular-nos, e eu sei que alguns não gostam desta palavra, por estes dois anos de executivo e de mandato.-----

Estando nós num órgão deliberativo, num órgão de planeamento estratégico, seria honesto e justo pensarmos nas políticas de governação do nosso Concelho e nos juntarmos sim, numa Figueira de Primeira e nunca de segunda, para que todos os sonhos dos figueirenses e as políticas de melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade económica do nosso Concelho sejam uma realidade.-----

Foram dois anos de uma conjuntura muito difícil, com fatores adversos que não vale a pena citar porque todos os conhecemos, em que a incerteza dominou e continua a dominar todas as hipóteses preditivas.-----

Estamos em plena transferência de competências do Estado Central, para alguns descentralização, outros desconcentração e para outros apenas transferência de tarefas para o Município.-----

Naturalmente, não estou a comparar municípios, nem na sua grandeza, nem sequer nas suas oportunidades, estou apenas a comparar ou a falar de um Município que tem, de facto, recursos naturais excelentes que deve aproveitar para o turismo.-----

Mas, este executivo a bem da verdade não esqueceu transversalmente todos os setores de atividade nestes dois últimos anos, fez um excelente trabalho e opções, ao contrário do que eu ouvi no VAR de há pouco, centradas e de grande inovação, como é o caso das tão citadas piscinas que tanta confusão causam a algumas pessoas.--

Para os que afirmam serem uma autêntica cópia, permitam-me que vos esclareça que nem sequer são uma cópia, são apenas uma replicação dotada de uma tecnologia muito mais adaptada para que a qualidade da água seja garantida e repostada constantemente para uma mesma temperatura.-----

Isto é um exemplo da aplicação de uma inovação no nosso Concelho e originou a tal atratividade que causou problemas a algumas pessoas que teimam em não aceitar esta nossa governação.-----

Porém, esta atratividade não acabou no primeiro Verão, nem vai acabar neste segundo Verão.-----



Já percebemos que é uma atratividade com sustentabilidade, que permanece ao longo do ano e está em crescendo.-----

Naturalmente, o Instituto Nacional de Estatísticas tem de propor os seus relatórios anuais sim, mas há outros fatores que são aplicados e publicitados pelo turismo a nível nacional. Na semana passada, o Diário As Beiras, referiu alguns dias de agosto com 90% de utilização na restauração do nosso Concelho, na sequência de avaliações fornecidas até pelas associações da restauração e da hotelaria. E nós acreditamos nessas pessoas, naturalmente!-----

Por outro lado, as matrículas efetuadas em junho/julho nas nossas escolas provam que há um refrescar da população da Figueira da Foz. O facto de haver mais crianças e jovens permitiu que a rede escolar estabelecida em junho fosse alterada para mais dez turmas no início do ano letivo, que serão treze até ao final de outubro, dez do primeiro Ciclo e três do Pré-Escolar.-----

Isto é um refrescar importante decorrente também de uma atratividade da população estrangeira. De notar que numa das escolas temos mais 39% de alunos estrangeiros. No Concelho podemos constatar cerca de 40 nacionalidades diferentes.-----

Se isto não é uma atratividade sustentável, eu não sei como seria o que pretendem as outras pessoas que constituem os VARs deste Concelho?!-----

Naturalmente, esta atividade traz responsabilidades, traz necessidades, traz novos recursos que só uma boa gestão pôde equilibrar nestes dois anos.-----

E, quando falámos há pouco de transferências de competências, sabemos pelo histórico que fomos dos primeiros Municípios a receber as transferências de competências na Educação e sabemos do impacto económico do consequente pacote financeiro deficitário que, em princípio, tem as mesmas perspetivas para as outras duas valências: Saúde e Ação Social.-----

As famílias destas crianças precisam de emprego fixo. Muitas delas chegam ao nosso país apenas com promessas de emprego.-----

Mas o que é que nós herdámos de estrutural para mais emprego?-----

Herdámos uma Zona Industrial já feita. Contudo, nós precisamos de mais zonas industriais, de mais lotes com maior dimensão e em maior número para os investidores que nos têm procurado. Isto é um indicador da atratividade de sustentabilidade económica.-----

Estas famílias também precisam de habitação, mas, se calhar, nós padecemos do mesmo ADN que, infelizmente, os sucessivos governos últimos têm feito em Portugal, que é não planear a cinco, dez, quinze anos no caso da habitação e do emprego.--



E aqui, mais uma vez, também falhámos! Portanto, estamos a falhar há décadas e não estamos preparados para acolher este fluxo migratório.-----

Mas, não baixámos os braços e temos, de facto, visto um grande trabalho deste executivo em canalizar todos os esforços, retirando até ou pedindo muitos dos imóveis propriedade do Estado que estavam inativos e desabitados para poderem ser agora utilizados pelas famílias que os pretendam.-----

Obviamente, também sabemos que estas famílias vão precisar de cuidados de saúde. Estamos conscientes que herdámos listas de famílias à espera de médico de família. Por isso, não temos ficado no empate nem do tempo nem da inércia na ação!-----

Nos últimos meses, com a colaboração da Administração Regional de Saúde do Centro e da tutela, este executivo conseguiu trabalhar uma nova matriz de gestão organizativa que permita a colocação de mais médicos e até de médicos em formação, médicos internos.-----

Não ficámos também indiferentes às bandeiras que este Governo do Partido Socialista nos tem transmitido com os quadros de financiamento 2020, 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência, que vieram com exigências para as quais os municípios, como o da Figueira da Foz, não estavam preparados, porquanto, não tinham projetos, nem tinham planeamento com a devida maturidade para serem submetidos aos primeiros avisos.-----

No entanto, esta semana, no segundo Aviso, por exemplo, já submetemos na área da Saúde o projeto do Centro de Saúde de Buarcos. Já estão em franca maturidade outros projetos para mais quatro Centros de Saúde - São Pedro, Paião, Bom Sucesso e Tavadrede - mais as obras de reabilitação dos restantes.-----

E, agora, uma nota de agradecimento a todos os funcionários deste Município que têm trabalhado a 200% para que estes projetos ganhem maturidade de vida para quando saírem estes avisos.-----

Não, não estamos empatados, porque na Ação Social também estamos conscientes de que se o país precisa, o nosso Concelho precisa muito mais. Ainda é pouco e tudo isto pode ser, naturalmente, considerado pouco, mas temos feito muito com este executivo na Ação Social, o Rendimento Social de Inserção e os atendimentos de ação social são permanentes e cada vez maiores. Inovamos aqui também, acrescentámos atendimentos na área da psicologia, animação sócio educativa, serviço social e reunimos e estamos a tentar colaborar e atuar em rede com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com outras entidades locais e distritais. Trata-se de um trabalho de dois anos que permanece e irá permanecer no tempo, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

trabalho estrutural que é aquilo que se deveria ter feito na última década ou nas duas últimas décadas.-----

É estrutural a marca da Universidade de Coimbra, com acreditação de cursos dedicados e que sejam, de facto, duradouros e adaptados à realidade económica e à sociedade do Concelho.-----

É estrutural a exigência continua perante o Governo Central sobre os projetos da rede viária e da ferrovia.-----

É estrutural também exigência feita para que a Figueira da Foz tivesse uma expressão digna e eficaz na sua Administração do seu Porto. Temos lá um figueirense e ex-autarca.-----

É estrutural esta nova matriz que vos falei de reorganização da gestão nas áreas da Saúde e da Ação Social.-----

É estrutural a rede de recursos que estamos a implementar com este executivo para um melhor acolhimento desta nova população que tanto poderá fazer pelo nosso Concelho.-----

No entanto, mais do que distribuir ou analisar números com o copo meio cheio, é necessário que nos unamos neste órgão deliberativo. É necessário que todas as forças políticas consigam unir-se em prol de uma Figueira mais justa, mais incluída mais estrutural para um futuro para as novas gerações.-----

Nós queremos com estas transferências de competências não fazer simples tarefas executivas, mas queremos ter voz. Queremos, por exemplo, com a vossa ajuda e com a ajuda todos, poder chegar a uma escola e dizer «vamos fazer um ano Zero», pois temos muitos alunos estrangeiros que chegam sem conhecer nada e quarenta nacionalidades é muito. Fazer um ano Zero para poderem conhecer a nossa cultura e a nossa língua e, depois, seja mais eficaz o ensino e aprendizagem. Mas não podemos.-----

Queremos chegar a um Centro de Saúde e poder contratar médicos ou outros técnicos para que ele não feche. Para já não podemos, mas contamos com todos vós para que esta segunda fase do mandato continue a ser a vitória que já provamos ter sido.-

Bem haja a todos! Bem haja senhor Presidente da Câmara! Bem-haja equipa executiva! Bem hajam os funcionários desta autarquia!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Para os deputados municipais que perguntaram sobre as medidas sociais, gostaria de lembrar algumas.-----

A não atualização das tarifas de alguns bens e serviços essenciais como a água.



Não atualizarmos em termos realistas e reais as tarifas dos Resíduos Sólidos Urbanos, com o Município a suportar todo esse diferencial e todos esses aumentos de custo. É uma fatura muitíssimo pesada!-----

E, portanto, como diz muitas vezes o Primeiro Ministro, há maneiras indiretas de ajudarmos as famílias e tomarmos as medidas de apoio aos mais desprotegidos socialmente.-----

Domingo, tenho aqui uma reunião com o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra por causa da lista final de investimento e do que vem para o Município. A Comunidade Intermunicipal não aceitou o valor global que veio para a Região Centro e tem sido muito duro.-----

Por exemplo, imagine as zonas industriais ou zonas de acolhimento empresarial estão metidas agora no chamado Pacto. E até tínhamos a informação que no Norte era diferente, mas não vai ser! E o Governo diz-nos que a prioridade são as zonas industriais.-----

Como vos disse tentei candidatar as infraestruturas do Pincho, não entraram ainda, mas estou convencido que vão entrar no Portugal 2030. Neste momento, nada está garantido e é um investimento pesado, sete milhões e meio de euros.-----

Em termos dos investimentos previstos no conjunto dos concelhos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é dos mais pesados.-----

Quem está nestas funções executivas tem informação que o órgão deliberativo não tem a todo o momento, mas há este quadro condicionante nas decisões a tomar porque, como diziam os outros Presidentes de Câmara na penúltima reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, estamos a fazer orçamentos no escuro.-----

Estamos a preparar os orçamentos de 2024 sem ter a certeza de quais fundos vamos dispor para financiar parte desses investimentos.-----

Nós fomos dos poucos concelhos da Região Centro que aceitámos as transferências de competências nas três áreas. Na altura, houve quem tivesse dúvidas, eu percebo bem, também tive e todos temos, não são decisões fáceis, mas o facto de termos aceite permitiu-nos, por exemplo, agora ir ao Plano de Recuperação e Resiliência buscar 100% de financiamento para determinados investimentos, nomeadamente nos Centros de Saúde.-----

Como disse a deputada municipal Isabel Guerreiro Maia, já ontem foi submetido o Centro de Saúde de Buarcos no montante de cerca de 600.000 euros. São 08 milhões de euros ao todo que vamos poder ir buscar, pagos a 100% pelo Plano de Recuperação e Resiliência só pelo facto de termos aceite a transferência de competências.---



Na altura não se sabia, mas lembrar-se-ão que eu disse aqui estar convencido que se mostrássemos esta boa-fé, esta atitude positiva e construtiva neste processo de transferência de competências, iríamos poder tirar algum benefício legítimo. Estamos a tirar, e não posso deixar de dizer que tem havido uma excelente resposta da parte do Ministro da Saúde e do seu gabinete, nomeadamente do seu Adjunto que lida diretamente connosco.-----

Portanto, esta é uma condicionante fortíssima para todas as decisões que, naturalmente, estamos a tomar.-----

Imagine-se na área do Turismo, o Paço de Maiorca. Aliás, eu estou em falta com a Assembleia Municipal porque havia uma deliberação para ser tomada neste órgão, eu retirei o ponto, e não a chegamos a tomar. Gostava de falar com o Presidente da Assembleia Municipal em Conferência de Líderes porque, sinceramente, queria que fôssemos todos ao Paço de Maiorca um destes dias, para olharmos, refletirmos, conversarmos e ponderarmos, sem qualquer tipo de recriminações, qual será o melhor caminho face ao que está lá construído e qual deve ser a nossa atitude perante as opções que se colocam, nomeadamente em termos financeiros.-----

No meu entender, quem é Presidente de Câmara deve partilhar as opções com todas as forças políticas aqui representadas, depois, podemos não concordar no final, mas as opções devem ser partilhadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel César Pereira.

ISABEL CÉSAR PEREIRA: "Estamos prestes a concluir dois anos de mandato. No global dos investimentos de infraestruturas sabemos que, muitas das obras de grande investimento inauguradas e as ainda em curso, foram da iniciativa do anterior executivo.-----

Então, onde estão as obras de grandes infraestruturas que tanto prometeu?-----

É insuficiente, fazer diversão com a aquisição de barcos e construção de piscinas. Precisamos de mais!-----

Sublinhe-se que só recentemente foi dado cumprimento às obras deliberadas e aprovadas para as Freguesias, que ficaram por executar no Orçamento Municipal do ano 2022, com exceção da Freguesia de Ferreira-a-Nova em que apenas foram concluídas 50% do previsto para o ano de 2022.-----

Estamos em final de setembro de 2023 e em breve, estaremos aqui com a discussão do Orçamento para o ano de 2024, quando nem sequer foram executadas as obras previstas para o ano de 2023.-----

Consultando o Resumo das obras de empreitadas, com data de setembro de 2023,



publicado no site da Câmara, podemos contabilizar que o total das obras aí elencadas ascendem ao valor aproximado de 33 milhões de euros. Cerca de 06 milhões de euros correspondem a obras iniciadas pelo anterior executivo, o que perfaz cerca de 18%. Mas destes 33 milhões, só cerca de 06 milhões de obras foram dados como concluídas, ou seja, 18%.-----

É muito pouco! No final dos primeiros dois anos de mandato, 82% de obras por concluir fica muito aquém dos objetivos prometidos aos figueirenses, publicados na comunicação social, para colocar a nossa Figueira no mapa, como bem disse tanta vez.-----

Com estes dados, não podemos dizer que foram feitas todas as políticas e os esforços necessários para obter melhores resultados em relação às obras que foram iniciadas e estão por concluir, nomeadamente as obras das Freguesias rurais.---- E assim sendo, para o ano de 2023, haverá os objetivos dos 82% de obras ainda por acabar do ano de 2022, mais as obras prometidas às Freguesias para o ano 2023, portanto, muito longe dos objetivos prometidos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - FREGUESIAS RURAIS - REDE VIÁRIA E SANEAMENTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adélia Ramos Batata.

ADÉLIA RAMOS BATATA: "Congratulámo-nos com as iniciativas da Câmara Municipal durante a época balnear, a aquisição do barco para atravessar o rio Mondego para a outra margem, a construção das piscinas de água salgada aquecida, que promoveram o areal da praia e a Figueira da Foz enquanto cidade turística, os inúmeros eventos culturais e artísticos que promoveram o Concelho com espetáculos no Centro de Artes e Espectáculos e de rua, entre outras iniciativas. Congratulámo-nos sim!-- Mas, não estará na altura de olhar para os que são de cá da terra e os que mais precisam? Refiro-me, naturalmente, aos habitantes do Concelho, mais concretamente, aos habitantes das Freguesias rurais.-----

As redes viárias, o saneamento?! Há freguesias que continuam sem saneamento! Os transportes, o apoio ao associativismo, a saúde?! Estão as Freguesias rurais esquecidas, senhor Presidente?-----

As estradas estão a ficar completamente degradadas, a maior parte delas não tem qualquer intervenção há largos anos. São necessárias intervenções urgentes! O que está previsto? O que está previsto para as Freguesias rurais?-----

As populações destas Freguesias não pedem muito, só o essencial para terem condições dignas de viver. Os Presidentes de Junta sabem, naturalmente, do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

falo. Sentem todos os dias as queixas dos seus fregueses.-----
Peço, senhor Presidente da Câmara, ouça os Presidentes de Junta de Freguesia e
ajude as Freguesias rurais.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A Deputada municipal Adélia Ramos Batata, vive cá no
Concelho? É que parecia que estava a falar de outro Concelho.”-----

Nós enviamos o mapa das obras que estão a ser feitas por todo o Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adélia Ramos Batata.

ADÉLIA RAMOS BATATA: “Eu falo concretamente do Norte do Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Quando se executam obras no Norte os do Sul perguntam:
então e o Sul?”-----

Quando se fizeram obras na zona Norte da Estrada Nacional 109, reclamaram logo de
nos termos esquecido do Sul.”-----

Às vezes parece-me que a Figueira da Foz não foi fundada há 200 anos, mas há dois!
Está a ver?! Porque, de repente, se quer resolver tudo ao mesmo tempo!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adélia Ramos Batata.

ADÉLIA RAMOS BATATA: “Não tem de se resolver tudo, mas tem de se olhar para todas
as freguesias de igual modo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Porque não pergunta ao Presidente de Junta de Freguesia do
seu partido? O Presidente da Junta de Freguesia, Gilberto Fajardo Oliveira, não
tem obras na Freguesia?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adélia Ramos Batata.

ADÉLIA RAMOS BATATA: “Mas decerto precisa de muitas mais. Em Ferreira-a-Nova consta
uma pequena estrada. Bom Sucesso precisa de mais! Há mais freguesias... Convém que
todas as freguesias sejam olhadas de igual forma.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Todas as freguesias têm obras (tapetes, pavimentos, muros
de suporte, sustentações de vários tipos), algumas em número até considerável, por
exigência do Partido Socialista aquando da negociação do Orçamento Municipal.---
Eu acho que a política perde imenso com isto. Nós temos de fazer intervenções
ligadas à realidade. Acho que a deputada municipal Adélia Ramos Batata deve ver o
conjunto de obras realizadas este ano, com um montante de investimento de 15
milhões de euros, muitas delas por exigência, como já referi, do Partido



Socialista.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Numa breve nota sobre a intervenção da minha companheira de grupo municipal, Adélia Ramos Batata, deixe-me dizer que a reivindicação de mais obras é sempre legítima e bom.-----

Se elas se concretizam, ou não, é diferente.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE PEDRO MIGUEL DE BARROS FALCÃO FERREIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: “O Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira lamenta o falecimento de Pedro Miguel de Barros Falcão Ferreira.-----

Notável figueirense, distinguiu-se no desporto, nomeadamente como atleta e dirigente desportivo da Associação Naval 1.º de Maio.-----

Pedro Falcão ajudou o clube a chegar aos patamares cimeiros do futebol profissional, nomeadamente a Superliga de Futebol Profissional como diretor desportivo.-----

O Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, presta-lhe assim homenagem, cumprindo um minuto de silêncio e enviando as mais sinceras condolências à família.

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta do deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira, cumpriu um minuto de silêncio e deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Miguel de Barros Falcão Ferreira e apresentar condolências à família enlutada.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

V – BALNEÁRIOS E SANITÁRIOS DO EDIFÍCIO MUNICIPAL ONDE ESTÁ INSTALADA A ASSOCIAÇÃO «CASA»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Queria agradecer a publicação «Município da Figueira da Foz 2022 | Um ano em Revista» que recebi em minha casa, elencando as obras realizadas ou a realizar. É muito bom e ainda bem que estão a ser feitas!-----

Mas fico triste por não haver uma foto de uma singela obra que não dá votos, mas ajuda pessoas que estão a passar momentos muito difíceis, a saber, o arranjo dos balneários no edifício municipal onde está instalada e a fazer uma obra importante



A Associação «Casa».-----
É lamentável trazer este assunto a esta Assembleia Municipal pela terceira vez!
V. Ex.^a da última vez disse, e está em ata, que não seria necessário voltar a
falar sobre este tema. Infelizmente, aqui estou eu!...-----
Não compreendo as razões de ainda não se ter feito esta obra, pois o seu custo é
inferior a um concerto de música, não se desvanece duas horas depois e fica por
muito anos.-----

Portanto, só se pode concluir que não está feita por falta de sensibilidade social
do anterior Vereador das obras ou do atual ou de v. Ex.^a. Lamento!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O orçamento dos balneários é de 70/80.000 euros. Estamos a
procurar uma linha de financiamento, daquelas que estão disponíveis no âmbito de
um Programa também com fundos europeus, para ver se pagam a obra.-----
Tem razão quando falou do atraso, na referência que fez ao que eu disse, mas a
razão é esta."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

W - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Atento às notícias de que o Município procura financiamento
público para a iluminação pública, seria possível o Presidente da Câmara explicar-
nos esta situação.-----

É que o anterior executivo socialista apresentou-nos a sua decisão de recorrer a
um empréstimo bancário para instalar a iluminação pública inteligente como a melhor
solução para a redução de custos. Alguma coisa mudou? A redução de custos dá para
pagar os juros do empréstimo?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Reunimos com a Secretária de Estado da Energia, ilustre
figueirense, que nos disse ter sido a Figueira da Foz o único Concelho a recorrer
a capitais próprios com financiamento para esta obra de iluminação inteligente.
No resto dos concelhos do país fizeram acordos com privados, amortizando todos os
anos com parte da receita das faturas.-----

Tudo ou quase tudo na vida tem vantagem/desvantagem, em certa medida, por exemplo,
os custos de manutenção depois são mais altos. Eu já o referi publicamente e
repito, não aceito que a razão disto não ter tido financiamento é ter um payback
muito acelerado. Afirmar que se vai buscar o retorno do investimento muito



rapidamente, não creio e basta olharmos as alterações na economia, inflação e o aumento do custo de energia."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

X - BARCO ELÉTRICO PARA A TRAVESSIA DO RIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Apesar dos elogios ouvidos hoje, o Vereador Manuel Fernandes Domingues disse à comunicação social que o barco elétrico não é a solução. Mais um erro de gestão do anterior executivo socialista?! Se sim, quanto nos vai custar uma solução válida? E qual?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Uma nota em relação a uma questão do deputado municipal Manuel Rascão Marques e da deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, da Coligação Democrática Unitária, sobre o barco."-----

O Vereador Manuel Fernandes Domingues pretendeu transmitir que o barco a energia elétrica para o movimento todo que houve no Verão, não é possível. Teve de ter um reforço e teve, como disse, o da embarcação de Aveiro."-----

Agora, estamos na dúvida entre continuar a alugar ou adquirir uma outra embarcação, em segunda mão, para os períodos mais intensos."-----

Ficámos convencidos com uma maior interiorização da logicidade de atravessar o rio de barco. Agora, o que fez o anterior executivo, na minha opinião, não foi errado. Adquiriram um barco, quer dizer, não nos esqueçamos que não havia nenhum. O barco é bom, dá para 31/32 pessoas. Os dois barcos, no seu conjunto, nestes meses até dia 25 tiveram uma utilização superior a 56.000 pessoas. E, portanto, o barco de Aveiro levava 82 pessoas."-----

Em relação aos horários, nós estamos a finalizar um contrato com as tripulações, como sabem, tem atrasado o fecho da Ponte à noite, deve começar a fechar em outubro, mas os horários que vão funcionar é de meia em meia hora a partir das 08,00 horas, fora os de madrugada por causa dos turnos das 05,00 horas e outros nas fábricas da margem Sul."-----

Mas também há aqui a questão da compatibilização com os autocarros e, nomeadamente, com as empresas."-----

Como sabem, também acabou por se resolver o problema das portagens."-----

Agora, eu faço aqui um apelo público: necessitamos, também, nomeadamente de manhã, de maior colaboração das forças de segurança com a responsabilidade de regular o trânsito."-----



Eu sei que a Polícia de Segurança Pública luta com falta de efetivos, as forças de segurança também, mas nossa previsão é que a dificuldade do atravessamento da Ponte de manhã se vá acentuar e, portanto, naturalmente, é um motivo de preocupação. Contudo, esta é uma obra que tem de ser feita.-----

Por isso, eu não considero que tenha havido um erro e acho que foi um bom exemplo, um barco movido a energia elétrica, o outro é a gasóleo, como sabem, portanto, quem nos dera que os dois fossem movidos a energia elétrica... Vamos procurar trabalhar nesse sentido."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Y - PRAIA DA TAMARGUEIRA E DO CABO MONDEGO - ACESSOS/PASSADIÇOS/ESTACIONAMENTO DE AUTOCARAVANAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "A época balnear está a acabar. Já se está a planear a próxima? Vão ser arrançados os passadiços da Praia? Os acessos às praias da Tamargueira o do Cabo Mondego vão ser requalificados? Vamos continuar a ter o estacionamento de autocaravanas por todo o lado, ocupando em zonas nobres dois lugares de estacionamento de veículos ligeiros, quando estes tanta falta fazem por más decisões do anterior executivo socialista?"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Z - BOMBEIROS SAPADORES - TRABALHO SUPLEMENTAR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Senhor Presidente da Câmara, porque na anterior Assembleia Municipal não me respondeu, volto a perguntar como está o processo dos Bombeiros Sapadores."-----

Vai ser revisto o Acordo Coletivo de Trabalho? Vão começar a ser pagas as horas extraordinárias de novo? Atento às greves a partir das 35 horas semanais e às horas extraordinárias, vão ser contratados mais operacionais?-----

Os operacionais estão a fazer horas a mais em relação às que estão obrigados? É justo isto sem a devida remuneração? Tem consciência que há casais como operacionais a quem lhes foi retirado 500 euros/mês? Tem consciência que estes homens e mulheres estão a procurar outros trabalhos para complementar o seu curto salário, com as consequências que daí advêm?-----

Com toda esta situação, os munícipes e quem nos visita podem estar tranquilos? Teremos todos os meios para garantir a segurança das pessoas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Recebi um telefonema do Ministro da Administração Interna e da Secretária de Estado dando nota do seu grande empenho para resolver a situação. Já está pronto e foi para a Associação Nacional de Municípios Portugueses o diploma para resolver de vez, espera-se, a situação dos Bombeiros Sapadores.-----
Saíram vários diplomas sobre Bombeiros aqui há dois meses, ainda não para esta situação, mas falta pouco mais, estou convencido, para o Conselho de Ministros decidir sobre esta matéria."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AA - CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Em que ponto está este processo? Apesar de não ser um assunto da responsabilidade do Município, mas atento a que as instalações alocadas se estão a degradar quando podiam ter outra ocupação e ao tempo decorrido desde o anúncio deste Centro de Formação, é justo questionar se ele vai existir, ou não. Se sim, para quando o início do seu funcionamento?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Estão entregues quase todas as especialidades. Nós sentimos o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. com pressa de avançar com a obra e, portanto, julgamos estar para muito breve."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AB - CONSTRUÇÃO DE UMA PISCINA EM VILA VERDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Quero aqui deixar um agradecimento, com letras maiúsculas, em nome da comunidade de Vila Verde e também do Presidente de Junta, pela excelente notícia que esta semana tivemos relativamente à construção de uma Piscina em Vila Verde.-----

Tenho a certeza que todos os presentes comungam da mesma ideia de que esta infraestrutura era necessária e Vila Verde também a merecia, por múltiplas razões que em outras alturas já anunciei. Portanto, muito obrigado!-----

No entanto, há sempre um «mas». O Presidente da Junta de Freguesia, para além de ficar muito satisfeito, tem ficado um pouco atrapalhado porque estas notícias chegam à comunicação social antes de ele ter delas conhecimento. E, de facto, quando sou questionado se já sabia ou se tinha conhecimento essa atrapalhação não pode ser disfarçada.-----



Por isso, eu gostaria que comunicação do Presidente da Câmara com o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde e até com os demais Presidentes de Junta fosse um bocadinho mais estreita, até porque, não sei se recorda, já uma vez numa outra sessão da Assembleia ironizei um pouco sobre isto ao referir que o sentimento que eu tinha era que o Presidente da Câmara estava sempre do lado de lá da Ponte, mas da Ponte Vasco da Gama.-----

Eu lembro que, por três vezes e por escrito, fiz um pedido para ter uma reunião com o Presidente da Câmara, o qual não teve qualquer resposta. Se a comunicação fosse mais estreita, evitar-se-ia esta minha atrapalhação e também que eu viesse aqui colocar algumas questões passíveis de serem resolvidas num local mais certo. Em relação a esta Piscina seria bom que, a breve prazo, a Junta de Freguesia fosse convidada para ter conhecimento do projeto e do local onde ela vai ser colocada. Desejo, ainda, que ela seja inaugurada ainda neste mandato, porque não temos a certeza se faremos outro mandato. Eu gostaria de inaugurar essa Piscina na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde conjuntamente com o Presidente da Câmara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Referiu ter-me pedido por três vezes uma reunião. Pediu? Não pediu, sugeriu, solicitou. Acontece, na última reunião que tive consigo em junho tratámos de vários assuntos, o viaduto da Salmanha, uma obra do escultor Mário Nunes ali para a Rotunda de entrada de Vila Verde, o processo do Batel, a questão da limpeza de vários terrenos, vários assuntos envolvendo um peso financeiro considerável.-----

Foi um dia positivo pois concordámos todos e tenho aqui os escritos dessa reunião de 21 de junho. No dia seguinte, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde afirmou nas redes sociais que a Câmara não fazia nada em Vila Verde. Não é a mesma pessoa que esteve na reunião, com certeza?!-----

Nessa reunião eu só não consegui resolver a questão da ligação à A14 porque não depende de nós, mas sim da Infraestruturas de Portugal, S.A.-----

Como é que se pode estar numa reunião com o Presidente de Câmara e no dia seguinte afirmar que o Município não dá nada para Vila Verde?! Infelizmente, isto é uma situação recorrente... Temos de ter o mínimo de respeito por nós próprios, senão ninguém se respeita!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----



VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Todos ouviram. Eu afirmei que não tinha tido resposta aos pedidos de reunião. Eu acho que mereço uma resposta, independentemente de qualquer outro pedido, porquanto entendo que isso é uma competência e uma exigência para um Presidente de Câmara de responder ao Presidente de Junta. Agora, não ter uma resposta, sinceramente...-----

Do meu ponto de vista, não é a melhor solução nem a melhor forma de fazer política. Eu autorizo o que o senhor quiser e autorizo-o a dizer publicamente o que eu coloquei nas redes sociais. Não tenho problemas nenhuns. Agora, eu também não desejo criar mais atritos com o Presidente da Câmara, até porque quero que me construa a Piscina.-----

Pretendo o melhor para a minha Freguesia e para o Concelho da Figueira da Foz. Por isso e mais uma vez, muito obrigado pela sua decisão de nos construir a Piscina e a solução para a passagem de nível da Salmanha!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AC - FARMÁCIA DE VILA VERDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "A forma de comunicação, de que falei há pouco, começa a parecer um vírus a afetar alguns elementos do executivo.-----

Eu fiz também dois pedidos da reunião à Vice-Presidente da Câmara para abordar a questão da Farmácia de Vila Verde e continuo sem qualquer resposta.-----

Na minha opinião, a pior coisa que pode acontecer é não se ter resposta! Eu preferia que me respondessem não ser possível efetuar a reunião, do que nada dizerem.-----

Em meu entender estamos aqui todos para o bem do Concelho da Figueira da Foz e das nossas Freguesias, mas parece-me um bocadinho de falta de consideração não só pelas comunidades que nós representamos, mas também pelas pessoas que as representam.-----

Portanto, gostaria muito que esta comunicação fosse melhorada.-----

Relativamente à farmácia, se tivessem atendido o pedido de reunião que fiz, evitava estar aqui a abordar este assunto.-----

Não vou entrar em muitos pormenores, até porque a pior coisa que pode acontecer e, por isso, tenho de deixar este repto à Câmara Municipal, é a Farmácia não ficar em Vila Verde ou deixe de haver Farmácia na Freguesia.-----

Tanto quanto sei, a Vereadora já tem este assunto em mãos, mas também posso



informar que a Assembleia de Freguesia de Vila Verde e o seu executivo também tem, se a Câmara assim o entender, um acordo com a Farmácia instalada em Vila Verde. Os seus proprietários pretendem transferir o Alvará para a cidade, porque a Farmácia de Vila Verde não dá rendimento a quem a lá tem.-----

Portanto, esta é a situação que nos foi apresentada e já há um acordo que vai ser escrito, faltando só a sua aprovação numa nova Assembleia de Freguesia. Esse acordo com a Ferreira Souto de Vila Verde vai no sentido de termos lá uma Parafarmácia que continue a garantir a Vila Verde e aos Vilaverdenses o fornecimento de medicamentos.-----

Se não tivermos Farmácia, eu trarei quem me aparecer na Junta de Freguesia à Câmara Municipal, para esta lhe dar explicações."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: "No início do mês de julho, quando esse tema veio ao conhecimento da Câmara, pedi um parecer à Junta de Freguesia, que me respondeu a 20/21 de julho.-----

O Presidente da Junta de Freguesia refere e passo a citar «... É inaceitável a transferência desta valência para a Figueira da Foz, única na Freguesia de Vila Verde. Não cumpre um dos pilares essenciais como a descentralização de serviços que se exige, sobretudo no apoio aos mais vulneráveis, idosos e com falta de mobilidade. A Freguesia de Vila Verde tem cerca de 3.000 habitantes, habitação social, um Centro de Saúde, um setor industrial consolidado, entre outros, que requer este serviço permanente. Manter e melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos, em que a saúde é a primeira prioridade, não permitir a transferência da Farmácia de Vila Verde, utilizando, se necessário, todos os meios legais ao seu dispor...»-----

Portanto, em defesa do interesse público da população de Vila Verde, foi isto que fizemos e, como é óbvio, sendo a única farmácia, nós não vamos permitir que ela saia de Vila Verde. Quanto ao protocolo feito com o privado é do nosso desconhecimento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Dou toda a razão à Vereadora Anabela Tabaçó porque o parecer foi dado por nós, exatamente como a senhora leu.-----
Só que esse parecer foi pedido à Junta de Freguesia sem nós termos nenhum



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

conhecimento de que a Farmácia ia encerrar.-----
Foi-nos pedido um parecer porque a Farmácia ia fechar. E é exatamente isso que está escrito, não podíamos fazê-lo de outra forma, tinha de ser assim.-----
No entanto, posteriormente, a Junta de Freguesia contactou os responsáveis pela Farmácia e levou-os à Assembleia de Freguesia, tendo ficado decidido o que é que os elementos daquele órgão queriam para Vila Verde.-----
Eu pedi as reuniões com V.Ex.ªs e até hoje não recebi qualquer feedback. Portanto, se a Farmácia encerrar e não houver outra solução, a Câmara Municipal vai ter de responder as razões pelas quais ela vai encerrar e Vila Verde deixa de ter Farmácia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "É-se preso por ter cão e preso por não ter.-----

A nossa posição é que a Farmácia não pode sair de Vila Verde. A posição é errada? Vamos deixar vir a Farmácia para a Figueira da Foz? Vamos andar nas cantigas?... Eu sei bem os pedidos que temos tido, de muito lado poderoso, para deixar vir a Farmácia para cá. Mas nós dissemos não!-----

Quando andamos na luta pelo encerramento de unidades prejudiciais para o Ambiente, etc., etc., não podemos aceitar que nos apareçam aqui com os privados a propor soluções. E por aqui me fico."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AD - CONSTRUÇÃO DE UMA SOLUÇÃO PARA A PASSAGEM DE NÍVEL NA SALMANHA E DE UMA CENTRAL FOTOVOLTAICA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Entretanto, houve outras duas excelentes notícias para Vila Verde sobre a construção de uma passagem de nível na Salmanha e de uma Central Fotovoltaica, das quais a Junta de Freguesia só teve conhecimento através da comunicação social.

Mais uma vez, constata-se aqui a falta de comunicação entre a Câmara Municipal e a Freguesia."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - DESIGNAÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DELEGADO AO XXVI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, BEM COMO DO RESPECTIVO SUBSTITUTO



Presente uma proposta da Mesa da Assembleia Municipal, que foi precedida de consulta aos líderes dos grupos municipais, propondo a designação do Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios, Ricardo Manuel Rodrigues Santos, para delegado do Município da Figueira da Foz ao XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e o Presidente da Junta de Freguesia de Paião, José Alberto da Silva Carvalho, para o substituir em caso de eventual impedimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor, três abstenções, e sem votos contra, designar o Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios, Ricardo Manuel Rodrigues Santos, para delegado do Município da Figueira da Foz ao XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e o Presidente da Junta de Freguesia de Paião, José Alberto da Silva Carvalho, para o substituir em caso de eventual impedimento.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

4.2 - **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Eu vou voltar à «vacas frias»: à questão financeira.-----

Tem sido notícia nos meandros políticos figueirenses algumas publicações de um blogue, de autor desconhecido, que tem chamado a atenção para os gastos excessivos deste executivo com um conjunto de ajustes diretos, que podiam ser feitos com custos substancialmente mais baixos do que acabaram por ser contratados.-----

Afirmo, desde logo, perentoriamente, que repudio esta maneira de comunicar que envolve a sugestão e até afirmação categórica, de forma anónima, de que estão a ser cometidas ilegalidades nestas contratações.-----

Não me identifico com esta maneira de discutir opções políticas nem o aprovo, mas não posso ignorar a substância do que é escrito.-----

E as perguntas ficam no ar!... Tem algum fundo de verdade o que se escreve - terem



sido cometidas ilegalidades, coisa em que não acreditamos? Foram feitos Ajustes Diretos que poderiam ser de valores bem mais reduzidos? Têm sido contratados agenciadores intermediários para, por exemplo, a contratação de artistas. quando o Município pode ter força negocial suficiente para contratar diretamente? A que se referem concretamente estas publicações?-----

Nesta matéria de ajustes diretos, tenho vindo a referir, neste mesmo espaço, a necessidade de uma maior divulgação deste tipo de contratações e outras como as Avenças. Vai-me fazer a justiça de reconhecer que tenho perguntado.-----

Há um ano, perguntei se o senhor Presidente da Câmara estava disposto a publicar com regularidade uma lista de Avenças com toda a informação relevante associada: remuneração, duração do contrato, etc., bem como, uma breve justificação sobre os critérios objetivos e isentos de ambiguidades que presidiram à seleção dos referidos avençados.-----

E isso não aconteceu. Acho que deveria acontecer para contribuir para um clima político mais transparente e evitar estas situações.-----

Esta é, de facto, uma situação que me preocupa e que considero importante.-----
Para reforçar esta minha preocupação queria abordar a questão do Paço de Maiorca já aqui referida hoje pelo Presidente da Câmara, aproveitando para saudar a sua abertura nesta matéria.-----

Há uma questão de carácter financeiro envolvida que o Bloco de Esquerda em abril ia denunciar, mas o ponto não foi a votação da Assembleia Municipal, que tem a ver e nos parece traduzir pouca preocupação com os valores apresentados quando se trata de utilizar dinheiros públicos.-----

Posso adiantar, desde já, que o Bloco de Esquerda é contra a venda do Paço de Maiorca e votarei nesse sentido, mas é uma questão a discutir na altura.-----

Há um erro crasso na documentação entregue aos partidos que pode lesar o Município em mais de 01 milhão de euros, caso o Paço de Maiorca venha a ser vendido. Na altura, quando confrontado pela comunicação social sobre as declarações do Bloco de Esquerda, o senhor Presidente desvalorizou o erro achando que era de somenos importância. Não tenho esse entendimento, como é óbvio, pois o valor em causa é demasiado baixo para o Paço de Maiorca, ainda por cima quando já foi investido mais dinheiro na requalificação do espaço.-----

É um caso que parece configurar tornar a compra apetecível a entidades privadas com a utilização de bens públicos. Espero que não seja esse o caso, é o que desejo! Para terminar, parece-me ser uma boa ideia que estes assuntos sejam investigados.



Apoio essa investigação mesmo que seja através de uma queixa-crime por difamação. Que se apure a verdade, se limpe o nome dos visados nessas difamações, mas também se possa saber com exatidão o tipo de valores e condições envolvidas nestas contratações.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: “Agradeço ao Presidente da Câmara a informação que nos foi apresentada. Queiramos ou não, a Freguesia de Maiorca vai constando desta listagem cada vez mais e a si agradeço.”-----

O Paço de Maiorca, pouco a pouco, vai tendo uma apresentação mais digna, independentemente de tudo o que foi feito no passado, porque, acima de tudo, a Freguesia de Maiorca tem um único objetivo - a preservação, manutenção e um futuro mais interessante para aquilo que é nosso, dignamente nosso.”-----

O Presidente da Câmara, e bem, há uns anos atrás adquiriu o Paço de Maiorca. Infelizmente, não se deu a solução possível ou a melhor solução, mas nós, Freguesia de Maiorca, estamos convictos que este executivo há de encontrar a melhor solução. Hoje, temos um Paço de Maiorca mais digno, hoje temos o Paço de Maiorca apresentável e estamos conscientes que, em breve, teremos a solução ideal para o Paço de Maiorca, porquanto, da mesma forma como o fez há 20 anos atrás, seguramente, há de ter capacidade de o fazer.”-----

Ainda sobre a sua informação, agradecemos igualmente tudo o que foi feito na Piscina Municipal de Maiorca da mesma forma como foi feito noutras piscinas. Estamos convictos que, aquando da mesma probabilidade, construção e ideologia de novas piscinas no nosso Concelho, e são todas bem-vindas, terá também em conta que fará todo o sentido uma requalificação geral das piscinas cobertas por forma a que a atenção do turista não caia, nem possa, de forma alguma, sobressair apenas e só na sede do Concelho.”-----

As nossas piscinas a serem cobertas, a terem um pouco mais de serviço de qualidade, seguramente serão também elas um posto de atração, um posto de turismo, sem rivalizar de forma alguma com as Piscinas feitas na areia da Praia da Figueira da Foz.”-----

Por isso, agradeço tudo o que fez, seguramente, consciente que fará mais e melhor!”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: “Duas ou três palavras sobre esta comunicação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal.”-----

Poderão dizer que isto é uma forma de bajular, mas não é!-----



Nunca é demais referir para que fique retido e para que, através de nós, representantes dos figueirenses, isto seja expandido para a nossa comunidade. O que aqui está representa muita vontade e um grande esforço orçamental!-----
E apraz-me muito verificar este grande interesse em investir naqueles que menos têm e naqueles que mais precisam. Os elevadores hidráulicos fixos nas piscinas, o Projeto «Praia M+ - Mais Mobilidade, Praia Segura para Todos», foram muito importantes para aqueles que, muitas vezes, ficavam à beira da estrada a olhar o mar e as vagas sem nunca conseguirem sentir o que é o mar.-----
O Programa Municipal Desporto Para Todos, uma grande aposta na promoção do desporto para jovens e para menos jovens.-----
O trazer até à cidade estes eventos aqui elencados, que é uma forma de os nossos jovens terem uma vontade e uma maior apetência pelo desporto.-----
As transferências de competências que já foram referidas tantas vezes aqui por alguns dos presentes, mas nunca é demais retê-las e saber exatamente aquilo que são, o grande esforço e a grande coragem que foi adquirir e aceitar estas competências.-----
Muito importante, a educação superior, ou seja, a Figueira da Foz nunca mais será uma Figueira da Foz de 2.ª, a partir do momento em que tem um equipamento parceiro da Educação Universitária.-----
Figueira da Foz com Património, esforço em recuperar! Essa recuperação que leva à classificação de interesse público. Trazer até à Figueira da Foz todos aqueles que se interessam por conhecer o património, ter a memória da história, é extremamente importante!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Eu não me preparei, só fui espicaçada.-----
Acho importante tudo aquilo que se tem feito, umas coisas mais, outras coisas menos, mas é muito importante dizer aqui o seguinte: a Figueira da Foz está na moda, sem dúvida, para quem tem carro. Quem não tem carro, vai a pé da Estação até Buarcos quando chega do trabalho, ou quando vem passar férias.-----
Quantos são aqueles que vêm no comboio que chega à Figueira às 07 horas e vão para o Parque de Campismo a pé porque não há transporte?-----
Portanto, quem nos ouve lá em casa parece que, de facto, a Figueira da Foz é um paraíso, mas não é para quem não tem carro, para quem não tem meios, para quem precisa de ir ao Hospital e paga 50 euros de táxi se for a uma hora em que não



tenha o barco. E se for de barco, depois tem de ir a pé o resto do caminho, como é evidente.-----

Já dei a minha opinião sobre o barco que acho muito bom.-----

Agora, dar a entender que a Figueira da Foz, de facto, é uma maravilha, não é verdade!-----

Em meu entender, há coisas boas, há coisas más, há coisas muito más e quem não tem meios para se defender e circular está muito mal arranjado nesta Cidade.-----

Portanto, é importante haver piscinas e tudo e mais alguma coisa, mas, por amor de Deus, de uma vez por todas façam um esforço para resolver o problema dos transportes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em primeiro lugar, dizer que subscrevo o que diz a deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

Que a Figueira da Foz é uma maravilha, é! Que está uma maravilha, não está! Mas é uma maravilha! Compreendo o que quer dizer, há imensa coisa para fazer. A questão principal não são as piscinas. Eu também acho que não, nem pouco mais ou menos. -

Acho extraordinário como há pessoas que se fixam nisso. Da outra vez foi o Oásis, andaram anos a digerir o Oásis, até atrás dos patos andaram!!! Horas em reuniões de Câmara a discutir se tinham, ou não, matado os patos.-----

Agora, são as piscinas ali da Praia e quem é que ganhou e quem não ganhou e o objeto social.-----

O deputado municipal do Bloco de Esquerda é professor pelo que eu percebi. De que disciplinas, já agora? Inglês.-----

Não é a primeira vez que o Bloco de Esquerda, através do senhor deputado, se presta a essa situação de falar naquilo que os outros não podem falar.-----

As queixas e as participações às entidades competentes não foram só em relação aos anónimos. Foram em relação ao que o senhor afirmou, ou seja, os contratos com os amigos, depois os mesmos deste grupo agora foram levar a situação lá aos estúdios de Queluz. Foi na mesma semana, todos os contratos com amigos ou filhos de amigos. Não se enerve, tenha calma que vai ouvir muito mais!-----

Tudo isso foi entregue no sítio correspondente. Não sei o que ensina aos seus alunos - «Olha é bom fazer insinuações» ou «repetir insinuações», é uma maneira bonita de estar na vida e, portanto, os meninos e as meninas quando crescerem façam assim umas insinuações sem prova, atinjam o carácter das pessoas, digam que elas, se calhar, não têm honra, chamem-lhes ilegalidades, mas se fizerem a coisa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

assim disfarçadamente fazem um figurão e contribuem para manchar a honra de outra pessoa...-----

E se alguém vos pedir um frete a esse título, disponham-se a isso. Citar Blogues anónimos, porque não?! Fica-vos tão bem! É uma questão de categoria, de nível, de elevação. Tenham cuidado, citem, mas digam que não concordam, mas repitam. É a figura que o senhor fez!-----

Acha que foi esta Câmara que inventou a figura dos produtores ou dos agentes de artistas? Eu vou fazer uma sugestão, se quiser reunir com os dirigentes dos serviços que foram os júris de todos esses procedimentos, ou se a Assembleia Municipal quiser que eles venham aqui, eles vêm aqui neste momento. Como eles disseram na reunião de Câmara anterior, quem faz isso não está a ofender o Presidente da Câmara. Eu não fui júri, não indiquei candidatos para concorrerem. Já ouviu falar, por exemplo, da Malpevent? Não era deputado no mandato anterior? O Matias Damásio, veio cá connosco no aniversário do Centro de Artes e Espectáculos e foi essa empresa produtora que o trouxe.-----

É uma tristeza quando num Concelho as pessoas se envolvem em guerras, que vêm desde há anos, por luta na predominância de negócios. Eram todos da Figueira Grande Turismo, uns foram para um lado, outros para o outro e depois andam à luta. Há uma altura em que uns conseguem ganhar, outros conseguem ganhar outros, mas são guerras que nos transcendem.-----

Passa-lhe pela cabeça que alguém aqui nesta Mesa, receba uma comissão por alguma decisão?! Pois, não passa, mas insinua! Eu nunca fui deputado do Bloco de Esquerda nem nunca fiz obras no Bairro Alto, nem ao pé de Santa Apolónia.-----

Está enganado no número da porta! 67 anos, uma vida inteira quase de cargos públicos, graças a Deus sempre disseram o mesmo sobre mim. Só que aqui a raiva dos mesmos foi tão grande.-----

Lembro-me da Linha do Oeste, dos dirigentes da Naval, dos grupos todos que trabalharam com eles e depois passaram por aqui e andam por ali. Lembro-me disso tudo. São os mesmos. Não têm problema nenhum em lançar a difamação sobre as pessoas.-----

Repito, passa-lhe pela cabeça que alguém aqui receba um cêntimo que seja por uma qualquer decisão?!-----

Se alguém fizer isso a um adversário político meu, eu levanto-me e vou lá defendê-lo. E já o fiz várias vezes na minha vida.-----

Portanto, questionarem porque não se contactam diretamente os artistas demonstra



ignorância total do assunto. Os artistas praticamente todos têm produtores, representantes ou empresários e quando são contratados, têm sempre uma declaração de exclusividade.-----

Eu, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nunca indiquei nenhum concorrente, nem direta nem indiretamente para qualquer concurso. Indiquei um outro dia e mandei apagar. Um arquiteto que conheci num almoço com cidadãos estrangeiros, no Palácio do Grilo em Lisboa, um jovem arquiteto do Porto que pareceu ter categoria para ser consultado, entre vários. Contudo, decidi ser melhor apagar o seu nome, senão ainda iriam descobrir que eu tenho uma prima que namorou com o arquiteto ou com o pai do arquiteto, ou seja, o que for...-----

Não, nunca indiquei ninguém e não recebo, por regra, empreiteiros ou construtores, pessoas que têm negócios à beira de entrar na Figueira da Foz, salvo exceções. Pelo contrário, faço com eles o que os outros não fazem - mando-lhes os prédios abaixo quando eles faltam ao respeito à lei e ao Município.-----

Há décadas que isto acontecia na Figueira da Foz e os senhores Bloquistas nunca abriram a boca?! Nunca abriram a boca com essas construções! Porquê? Não podem! E porque é que não poderão? Eu faço-o porque não devo nada a ninguém!-----

Uma coisa não faço, essas insinuações de ilegalidades. Não se trata de ilegalidades porque se isso fosse verdade era crime, era corrupção.-----

O deputado municipal Pedro Miguel Jorge não tem a coragem suficiente para dizer o que quer dizer e, portanto, vem por meias palavras e dá a volta. É cara a cara!-

Uma pessoa repetir um blogue anónimo, a estrutura moral está definida. E às vezes há silêncios que são muito elucidativos, porque se algum ataque fosse feito a algum Presidente de Junta de Freguesia ou de Câmara de outro partido, eu estaria lá na primeira linha.-----

Mas vou-lhe dizer já agora uma coisa - nunca se incomodou com festivais adjudicados ex-Chefes de Gabinete e diretores de campanha em que o Município paga 200.000 euros? Nunca lhe fez confusão? Nunca pediu investigações?-----

Já agora, sugiro-lhe uma coisa, vá ver uma ata de uma reunião de Câmara de 2018, sobre um festival em que é sugerida a troca de posição entre um grupo de comunicação e um produtor com o argumento de que uma empresa chamada Brave passou a deter uma empresa chamada Sociedade Lusa de Espetáculos. Imagine, e se isto fosse falso!--

Portanto, a partir do momento em que um deputado reproduz blogues anónimos que são tão canalhas que quando perceberam que andavam em cima deles removeram...-----

É preciso respeito democrático. Agora, eu ensino aos meus filhos e sempre ensinei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

aos meus alunos, primeiro a honra das pessoas e o respeito pela sua integridade moral.-----

Em relação à diferença de preços que num espetáculo é de mil e tal euros, eu próprio telefonei a músicos para perceber as razões dessa diferença. Foi-me explicado que num caso poderiam vir com três músicos, noutro poderiam vir sozinhos só com a viola, e noutros com a banda completa, depende de ser no interior ou no exterior e até mesmo da antecedência. Portanto, há muitos fatores.-----

Julga que o Concelho vizinho de Montemor-o-Velho faz a Festa do Ano ou o Castelo com quem? Diretamente com os artistas? E os outros Concelhos aqui à volta, não são honrados?! São todos homens e mulheres honrados e os preços variam de Concelho para Concelho.-----

Agora, essa é a arma usada por quem não tem mais nada. E quando não se tem mais nada, decide-se manchar a honra porque pode ser que desta vez...-----

Como dizem: ele pode ter muitos defeitos, mas sempre foi honesto!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Em primeiro lugar, tenho o maior respeito por si, senhor Presidente da Câmara. Nunca demonstrei o contrário! Nunca!-----

É o meu Presidente de Câmara, no sentido de que é o Presidente de Câmara do Concelho onde eu vivo, não porque tenha votado em si, mas tenho exercido o direito de oposição corretamente e com o maior respeito por si. Isto que fique bem claro! Não percebi a alusão inicial à minha profissão, mas também vou passá-la à frente, porque estou absolutamente descansado em relação à minha profissão na medida em que a tenho exercido de forma absolutamente correta. Sim, tenho a consciência absolutamente tranquila em relação a isso, senhor Presidente da Câmara.-----

Em segundo lugar, o senhor falhou completamente o alvo. Não pode, com todo o respeito que lhe tenho, não pode tirar as conclusões que tirou das palavras que usei.-----

Eu não insinuei, não reproduzi! Apareceu, inclusivamente, em fevereiro, um canal nacional que fez uma reportagem, que nos surpreendeu completamente, porque o Bloco de Esquerda foi o primeiro partido a pedir-lhe aqui que fosse absolutamente transparente nalgumas decisões que envolvem avenças. Na altura, sugeri que fossem feitos relatórios com absoluta transparência, porque entendo que esta é uma área onde deve haver transparência.-----

Não insinuei absolutamente nada, e deixei bem claro, no segundo parágrafo do documento que redigi, que não acredito que tenha sido cometida alguma ilegalidade



por parte da Câmara. Acho que deixei bem explícito isto! Não acredito nisso, não me revejo nisso, repudio isso!-----

Eu compreendo que esta esta questão o melindre pessoalmente. Percebo perfeitamente, eu estaria provavelmente na mesma. Mas o senhor Presidente falhou completamente o alvo. Nem eu, nem o Bloco de Esquerda tem alguma coisa a ver com isto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deixe-me fazer-lhe uma pergunta. Se alguém me dissesse ali na rua que o senhor tinha roubado uma carteira a um velhinho e eu chegasse aqui e dissesse «o senhor roubou uma carteira a um velhinho, mas eu não acredito», achava correto da minha parte?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “Não seria correto, mas com todo o respeito há imensas nuances que podem ser relativizadas.”-----

E no caso do Paço de Maiorca, o senhor Presidente interrompeu-me e quis saber que verba é que eu tinha usado. Este executivo faz uma proposta com um valor de 1 milhão 83 mil euros, e eu baseei-me num estudo feito em setembro de 2021, quando o senhor ainda nem era Presidente de Câmara. É um documento dessa altura.-----

O Bloco de Esquerda não acha que haja qualquer tipo de ilegalidades cometidas pelo executivo. Não trabalho assim, não sou assim. O Bloco de Esquerda pode ser muito pequenino aqui na Figueira, e é, mas respeita as pessoas e respeita ainda assim, o Presidente da Câmara.-----

Eu, pessoalmente, faço isso, nunca mostrei o contrário e nas minhas palavras não está nenhuma falta de respeito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Informei os vereadores que fiz uma participação ao Ministério Público dos factos ocorridos no Paço de Maiorca, durante anos. Não sei se alguma vez se deslocou lá para ver como está atualmente...”-----

Se houve coisa que fiz questão de salvaguardar na participação foi que não estava a fazer uma queixa-crime, porquanto não punha em causa a honra de ninguém. Queria tão só transmitir o estado em que estava o Paço de Maiorca, os vídeos, o que se tinha passado e os contratos assinados, para agora, podermos tomar decisões em novo ciclo, e não serem os efeitos reportados à fase anterior.-----

Sabe qual foi a consequência da participação?! Quatro dias depois, foi-nos enviado pela Procuradora do Ministério Público, com o despacho de arquivado, porque não tinha havido nenhuma queixa crime, mas apenas uma mera participação.-----



Para já há duas pessoas que já não estão entre nós e, para além disso, mesmo que estivessem, a minha atitude seria a mesma. Tenho a certeza, mesmo tenham havido erros, não foi por questões de desonestidade pessoal.-----

Nunca fiz queixa crime de ninguém, a não ser quando fui obrigado ao mesmo por lei, no exercício de funções públicas.-----

Agora, esta questão, por exemplo, de uma decisão com pressupostos falsos é outra coisa.-----

Quando falei na sua condição de professor foi só por uma coisa: o modo como ensinamos os nossos discentes é importante, e acredito que os ensine nos bons princípios.-----

Tomo boa nota das suas palavras."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Senhor Presidente, conheço pessoalmente três pessoas dessa lista de nomes, por isso eu disse, desde logo, não ter dúvidas de que não foram cometidas ilegalidades, porque sei que elas são inexcedíveis.-----

Em relação ao Paço de Maiorca, aquilo que me espantou foi um erro daquele calibre ter passado e ter sido aprovado na Câmara. Há um erro da multiplicação de um valor que dá um valor muito baixo.-----

Concluo, pedindo o maior cuidado e transparência para que estes casos não aconteçam, porque eu volto a deixar bem frisado que não tenho nada a ver com este caso, que é baixo naquilo que tenta atirar lama para cima de pessoas que são ímpolutas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Às vezes, as pessoas revelam um grande desconhecimento das normas.-----

Ainda hoje me chegou uma informação de uma empresa que ganhou o Concurso do Apoio às Famílias nos tempos livres e que tem no seu objeto social lavandarias, tratar de jardins, por aí fora.-----

Pedi para ver o currículo e já tinham dois ou três casos de apoios às famílias. Perguntei à Dr.ª Susana Mota a razão de ter admitido esta empresa com um objeto social tão diferente, e ela respondeu-me que não podia recusar porque estava lá no objeto social a gestão de recursos humanos.-----

Uma vez estava no Tribunal como testemunha por causa do caso Bragaparkes, e o Juiz questionou-me se não era o Presidente da Câmara que fazia as informações para as reuniões de Câmara. Respondi que quem faz as informações são os serviços e o



Presidente da Câmara manda agendar para a reunião do órgão.-----
A não ser que alguém dê ordens, que eu aqui não dou, porque isso sim seria corrupção ou tráfico de influências ou prevaricação, coisa que nunca admitiria.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para apreciação e votação o Regulamento Municipal de Apoio às Comissões Sociais de Freguesia do Município da Figueira da Foz, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua última redação, não tendo sido recebidas nos serviços quaisquer sugestões/contributos de alteração ao documento.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 01 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Cunha Carvão.-

JOSÉ CUNHA CARVÃO: “O presente processo de criação do Regulamento Municipal de Apoio às Comissões Sociais de Freguesia do Município da Figueira da Foz foi iniciado no mandato anterior.-----

O Partido Socialista questionou várias vezes sobre o seu desenvolvimento. Sendo tão importante para o apoio ao funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia teria sido importante um verdadeiro empenho para evitar este ato dois anos.-----

Uma vez que veio para aprovação desta Assembleia Municipal, gostaria de saber qual o ponto de situação atual do funcionamento das comissões de freguesia do nosso Concelho.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Enquanto Presidente de Junta de Freguesia com a Comissão Social de Freguesia instalada, penso que é a que trabalha com mais pessoas.-----

E também sei, através da Vereadora Olga Brás, que fui o Presidente de Junta que mais a inquietou para que este Regulamento saísse.-----



A minha intervenção vem só no sentido de congratular a Vereadora por este trabalho, esperando que o Regulamento venha a ser aplicado no curto prazo possível. Continuamos a ter essa necessidade, porque o valor que era entregue era muito exíguo para as necessidades que nós temos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “As Comissões Sociais em funcionamento deram o parecer sobre este Regulamento? Para a Coligação Democrática Unitária, o Regulamento parece-nos um pouco pesado em termos de funcionamento.-----

No entanto, faço votos para que a sua implementação não ponha em causa a autonomia das Comissões Sociais já existentes.-----

Preocupa-me o facto de não haver Comissões Sociais em algumas freguesias que eu, pelos problemas que lhes conheço, penso que elas deveriam existir. Porém, cada Freguesia fará àquilo que pode, como é evidente.-----

Espero que este Regulamento não vá pôr em causa o funcionamento das Comissões que já existem e são de grande proximidade.-----

Também acho que alguns dos prazos inscritos no Regulamento podem condicionar a resposta que é necessária dar no imediato à população.-----

A Coligação Democrática Unitária vai-se abster, porque tem muitas dúvidas sobre este Regulamento.-----

Por fim, qual a situação da Loja Social de Tavarede? Existe o local para a instalar?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Nas últimas semanas houve uma tempestade em termos de política educativa em Tavarede.-----

A escola protocolada com a Câmara, e a qual nós Junta de Freguesia sensivelmente há doze anos tivemos o cuidado de manter e preservar, na sequência da pressão da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares junto Município, foram cedidas duas salas para receber alunos. Numa dessas salas era onde funcionava a Loja Social da Freguesia de Tavarede.-----

Tivemos de esvaziar a sala do 1.º andar. Neste momento, todo o material está no Salão da Junta de Freguesia. Por isso tivemos o cuidado de falar com o Vereador Ricardo Pedrosa Silva a fim de com os seus prestimosos serviços nos pudesse arranjar um contentor que albergasse todo esse material, que não são só roupas e



sapatos.-----
Como eu já disse numa outra reunião com as forças de segurança, neste momento, Tavarede tem mais de dois mil brasileiros, mais russos que Ucrânianos, ou seja, temos gente da América Latina à procura de roupa, e aquele espaço é extremamente exíguo.-----

A Loja Social não desapareceu e, agora, que está organizada vai voltar a receber as pessoas que necessitam. Estamos só à espera que o Vereador Ricardo Pedrosa Silva consiga arranjar o tal contentor para se ter alguma dignidade a receber as pessoas e podermos continuar a ajudar quem precisa.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio às Comissões Sociais de Freguesia do Município da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - REGULAMENTO MUNICIPAL FIGUEIRA + SAÚDE

Pelo Presidente da Câmara foi proposto para apreciação e votação o Regulamento Municipal Figueira + Saúde, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua última redação, não tendo sido recebidas nos serviços quaisquer sugestões/contributos de alteração ao documento.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 01 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----



MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A proposta aqui apresentada não me parece nada má, no entanto, coloca-me algumas questões. Uma delas a idade de 66 anos como limite mínimo é redutora.-----

Esta proposta devia ser alargada à população vulnerável com idade diferenciada daquela.-----

Penso que este Programa não pode entrar em conflito com as consultas presenciais do Serviço Nacional de Saúde, que não entrará, certamente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal Figueira + Saúde.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2023

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a inscrição da nova ação «Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza - Revisões de preços de obras concluídas», para enquadrar a despesa com a revisão de preços definitiva da Obra «Colocação subterrânea de ecopontos e contentores - 2.ª Fase» e de novas ações para enquadrar a despesa prevista para os exercícios de 2024, 2025 e 2026 que decorrerá do procedimento de contratação a iniciar para a aquisição de combustíveis.-----

Esta 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos e Nuno Melo Biscaia, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira



a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, vinte e duas abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, visando a inscrição da nova ação «Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza – Revisões de preços de obras concluídas», para enquadrar a despesa com a revisão de preços definitiva da Obra «Colocação subterrânea de ecopontos e contentores – 2.ª Fase» e de novas ações para enquadrar a despesa prevista para os exercícios de 2024, 2025 e 2026 que decorrerá do procedimento de contratação a iniciar para a aquisição de combustíveis.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 – DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2024

Pelo Presidente da Câmara foi proposto o lançamento da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho, pela taxa máxima de 1,5%, nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atualizada, e a isenção da Derrama aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 22.º e 23.º do artigo e normativo invocados e do art.º 3.º-A do Regulamento Municipal de Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição dos Benefícios Fiscais, publicado na 2.ª série do Diário da República de 20 de setembro de 2021.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de câmara de 22 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “O valor da Derrama é para as empresas cujo volume de negócios ultrapassa os 150.000 euros. Certo?-----

As minhas questões são motivadas pelo presente contexto que afeta todos, incluindo as micro pequenas e as médias empresas.-----

Ao consultar a tabela disponível na Autoridade Tributária em relação ao ano passado



e analisando muito rapidamente o Concelho, verifiquei que no Município de Coimbra é aplicada uma taxa mais baixa de 1,45%. Para além disso, tem uma medida de isenção que passa pela criação de emprego que poderá beneficiar as pequenas e médias empresas, pelo menos de uma isenção para volumes abaixo dos 300.000 euros, se criarem X número de postos de trabalho.-----

Será que não se pode pensar em propor alguma coisa semelhante numa próxima ocasião? Não sendo especialista, como já disse, pode ser um valor que poderá, neste momento tão difícil, estar a afetar as empresas mais pequenas que, como sabem, são o grande tecido empresarial do país."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Ao fim de vários anos, o Partido Social Democrata não apresentou uma proposta de redução de valores, mas mantém a sua coerência.-----

O facto de não ter apresentado, deve-se tão só a que, no passado, a maioria do Partido Socialista reprovou sempre e, agora, a maioria socialista e da Figueira a Primeira volta a reprovar todas estas propostas de redução de valores.-----

Entendemos ser uma pena não haver aqui um sinal porque, atendendo aos gráficos apresentados, as receitas estão sempre a subir e, portanto, continuamos a pensar que poderia haver aqui um ligeiro alívio fiscal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, e nos termos da proposta de Derrama a cobrar no ano de 2024 remetida pela Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, vinte e três abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e três votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Teotónio Jesus Cavaco e Adélia Ramos Batata:-----

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, lançar uma derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas



(IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município da Figueira da Foz, por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho;

2 - Isentar da Derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 22.º e 23.º do artigo e normativo invocados em 1 e do art.º 3.º-A do Regulamento Municipal de Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição dos Benefícios Fiscais, publicado na 2.ª série do Diário da República de 20 de setembro de 2021.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "É uma declaração de voto válida para os pontos 5.4, 5.5 e 5.6.-----

Tenho boas digestões e, portanto, nada tem a ver com questões nem da boca nem do estômago. O meu voto contra nos três últimos pontos tem a ver com coerência.----

Eu acredito que os Concelhos têm uma memória histórica e há também uma memória histórica política. Hoje, não vou tecer qualquer comentário, embora fique comigo uma sensação de alguma ironia em relação a todos os epítetos que me foram dados ao longo dos últimos anos por sugerir importantes sinais, quanto a nós, que o executivo municipal precisava de dar em relação aos principais problemas, nomeadamente para as pessoas que aqui residem e trabalham. -----

E faço apenas esta nota de tudo aquilo que era dito na altura pelo Partido Socialista e da forma tão simples e tão pouco fundamentada como explicaram esta sua cambalhota política em relação à forma como agora votaram esta questão.-----

O Partido Social Democrata mantém a sua coerência: achava ser importante que o atual executivo municipal tivesse respeito pela memória histórica, neste caso, do Partido Social Democrata na Figueira da Foz e se tivessem tido, com certeza nós acompanhariamos a vossa decisão.-----

Infelizmente, não o tiveram, daí a nossa coerência e o voto contra nos pontos 5.4, 5.5 e 5.6."-----

5.5 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS DE 2023 - COBRANÇA A REALIZAR EM 2024 - FIXAÇÃO DA TAXA A APLICAR SOBRE PRÉDIOS URBANOS

Foi presente uma proposta do Presidente da Câmara fixando a taxa a aplicar sobre prédios urbanos na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis a realizar em 2024. Esta proposta foi votada favoravelmente na reunião ordinária de Câmara de 22 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Em relação a este ponto vou repetir o que disse há um ano e até dois.-----

Como a proposta é a mesma, estando ciente da grande importância do Imposto Municipal sobre Imóveis como fonte de financiamento para os Municípios e concordando mesmo em relação à majoração aplicada aos prédios devolutos e ao apoio prestado às famílias mais numerosas, este não deixa de ser o imposto mais estúpido do país.-

Como muita gente diz, lesa quem investe neste bem essencial e contribui para uma economia relevante. Mas uma vez que ele existe, temos de votar a taxa!...-----

Considero que a taxa é excessiva, continuo a ver que é das mais altas do distrito, pelo que vai contribuir para um maior agravamento do custo de vida para muita gente.-----

Por tudo isto, irei votar contra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Como a Coligação Democrática Unitária vem referindo há muitos anos, gostaria de ver esta taxa reduzida. Contudo, não tem sido possível, pois não têm acolhido essa proposta.-----

Relativamente à proposta do grupo municipal do Partido Social Democrata, quero afirmar que a Coligação Democrática Unitária até acolheria a sua proposta se ela fosse ao abrigo do número seis do mesmo artigo aqui proposto, ou seja, se tivesse por base a redução a prédios objeto de recuperações de reabilitação urbana no combate à desertificação.-----

Assim como está, não acompanho e penso que se justifica, isso sim, uma redução global do Imposto Municipal sobre Imóveis como tem vindo a ser proposto pela Coligação Democrática Unitária há uns anos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "O grupo municipal do Partido Socialista viabilizará através da abstenção a proposta do executivo municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O nosso grupo municipal vai continuar com a sua coerência e, portanto, não vai alterar o seu sentido de voto em relação aos anos anteriores. Apresentámos esta Moção porque, como se sabe, há uma grave crise de casas para arrendamento e pensámos que esta proposta poderia ser acolhida pela Vereação no



sentido de ser um sinal para que houvesse mais mercado de arrendamento. Esperemos que a mesma seja acolhida.-----

Ainda em relação a este tema, na passada semana, num artigo muito interessante no Expresso, o jornalista João Vieira Pereira referia -se ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis como sendo a galinha dos ovos de ouro dos Municípios.-----

E acrescentava - se há alguém que ganha de forma inequívoca com o aumento do preço das casas são as Câmaras Municipais, às quais interessa que existam mais transações e a um preço máximo.-----

À medida que as Câmara Municipais forem ficando mais ricas, os seus munícipes foram empobrecendo, sem receberem em troca uma política de habitação que melhorasse o problema.-----

No meu modesto entendimento, tem toda a razão! Não é só o cliente é, também com o Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Aqui na Figueira mantêm-se as taxas há muito! Como diria outra pessoa ilustre «Ai aguentam, aguentam!» Será que sim?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos das disposições combinadas dos art.ºs 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, e alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei , n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, vinte e uma abstenções dos membros do Partido Socialista, e cinco votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Teotónio Jesus Cavaco e Adélia Ramos Batata, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda:-----

- 1 - Fixar em 0,4% a taxa a aplicar aos prédios urbanos;-----**
- 2 - Aprovar uma dedução fixa ao valor do imposto resultante da aplicação da taxa sobre os prédios urbanos, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário do prédio correspondente à habitação própria e permanente, e que seja efetivamente afeto a tal fim, conforme disposto no art.º 112.º-A do**



Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:-----

- 1 Dependente = dedução fixa de 20,00 €-----

- 2 Dependentes = dedução fixa de 40,00 €-----

- 3 ou mais Dependentes = dedução fixa de 70,00 €-----

3 - Majorar em 30% a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, integrando neste conceito os prédios que, face ao seu estado de degradação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, conforme dispõe o n.º 8 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

4 -Ao abrigo das disposições emergentes do n.º 3 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que a taxa aprovada seja elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio, e no caso de prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas;-----

5 - Majorar ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € (vinte euros) por cada prédio abrangido, nos termos do n.º 9 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

6 - Reduzir em 30% a taxa em vigor no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e tenham sido objeto de operações de reabilitação urbana a serem comprovadas e a merecerem parecer favorável dos serviços municipais, ao abrigo do disposto no n.º 12 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo estes prédios comunicados à Autoridade Tributária nos termos do n.º 15.º deste mesmo artigo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "É uma declaração de voto válida para os pontos 5.4, 5.5 e 5.6.-----

Tenho boas digestões e, portanto, nada tem a ver com questões nem da boca nem do



estômago. O meu voto contra nos três últimos pontos tem a ver com coerência.----
Eu acredito que os Concelhos têm uma memória histórica e há também uma memória histórica política. Hoje, não vou tecer qualquer comentário, embora fique comigo uma sensação de alguma ironia em relação a todos os epítetos que me foram dados ao longo dos últimos anos por sugerir importantes sinais, quanto a nós, que o executivo municipal precisava de dar em relação aos principais problemas, nomeadamente para as pessoas que aqui residem e trabalham. -----
E faço apenas esta nota de tudo aquilo que era dito na altura pelo Partido Socialista e da forma tão simples e tão pouco fundamentada como explicaram esta sua cambalhota política em relação à forma como agora votaram esta questão.-----
O Partido Social Democrata mantém a sua coerência: achava ser importante que o atual executivo municipal tivesse respeito pela memória histórica, neste caso, do Partido Social Democrata na Figueira da Foz e se tivessem tido, com certeza nós acompanhariamos a vossa decisão.-----
Infelizmente, não o tiveram, daí a nossa coerência e o voto contra nos pontos 5.4, 5.5 e 5.6."-----

**5.6 - FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO
 SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES RELATIVA AOS
 RENDIMENTOS DE 2024**

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a fixação de uma participação variável de 3,50% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos rendimentos do ano de 2024.-----
Esta proposta foi elaborada ao abrigo das disposições previstas no n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, e com fundamento no facto desta participação variável de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ser a componente da Participação de Impostos do Estado que se revela de grande importância para o equilíbrio das finanças municipais; e ainda, no facto de ser fundamental assegurar a adequada capacidade financeira do Município para fazer face não só à assunção de compromissos no âmbito da transferência de novas competências para as autarquias locais, mas também, aos investimentos a realizar no âmbito dos instrumentos de cofinanciamento no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência e ao desenvolvimento de projetos relativos a investimentos mapeados no quadro de cofinanciamento comunitário 2030, muitos deles a exigir um esforço razoavelmente elevado do Orçamento Municipal.-----



Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 22 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Vou repetir-me porque acho útil e relevante - sou a favor da taxa máxima de 5%.-----

Isto parece um bocado contraintuitivo no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, mas acho que faz sentido uma vez que a diferença de percentagem a cobrar se revela quase irrisória.-----

Grande parte da população portuguesa tem rendimentos demasiado baixos, logo julgo que a descida acaba por beneficiar de forma sensível apenas os rendimentos mais altos, pelo que preferia que os Municípios aplicassem a taxa máxima para terem mais dinheiro disponível para fazerem uma melhor redistribuição da riqueza.-----

Contudo, o presente contexto de dificuldades económicas muda completamente o jogo. Já o ano passado me abstive e vou continuar, excecionalmente, a abster-me hoje neste ponto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "O grupo municipal do Partido Socialista acompanhará, neste caso, a votação dos seus Vereadores, por isso, votará contra a proposta do executivo de fixação de uma participação variável de 3,50% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.-----

Isso, a nosso ver faz sentido, está ainda reforçado com a nossa posição anterior e, portanto, segue a linha de desagravamento fiscal que ao longo em particular do 2.º e 3.º mandatos do Partido Socialista, portanto, 2013, 2017, 2021 se foi mantendo. Foi gradual, responsavelmente também, ir baixando a participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.-----

Eu recordo, é um ponto que pode, às vezes passar (aliás, a informação tem lá um errozeco, nem é essa a questão central), nós estamos a falar de uma decisão que tem efeitos na receita do Orçamento de 2025. Estamos a falar da fixação da participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares de 2024, portanto, declarações a entregar e liquidações a fazer em 2025.-----

Se nós formos vendo, há que reconhecer que este executivo tem, no essencial, mantido o equilíbrio das Finanças municipais e, portanto, não é demasiado nem excessivo pedir que, em 2025, nós possamos ter uma participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares de 3%.-----

Já agora, se me permite, só aqui uma nota sobre o que disse o deputado municipal



Pedro Miguel Jorge, do Bloco de Esquerda, porque é uma reflexão importante.-----
E, às vezes estas coisas, os impostos e os amores dão assim para umas tiradas e tal, mas, quando nós olhamos para lá com alguma seriedade, não haja dúvidas, estas reduções, se porventura, elas se dessem no Imposto Municipal sobre Imóveis e também no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, têm um elemento de regressividade. Não haja dúvidas!-----

Isto vai apanhar agregados que têm rendimentos pelo menos razoáveis, portanto, faz uma espécie de seleção adversa. Uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis não opera ao contrário, é a mesma coisa, só apanha proprietários. Quem tenha para este efeito a desdita de ter uma casa arrendada também uma qualquer redução não lhe aproveita.-----

Mais, os agregados de rendimentos mais baixos e proprietários de imóveis de valor patrimonial tributário mais baixo estão protegidos por uma norma que, já não sei se está no próprio Código do Imposto Municipal sobre Imóveis ou se consta do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

E mais ainda, no limite, o Imposto Municipal sobre Imóveis de quem tenha uma vivenda extraordinária de valor patrimonial de um milhão de euros tem uma redução significativa quando haja descida da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, e um modesto agregado com um apartamento de 50/60 mil euros de valor patrimonial tributário tem uma redução ínfima."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, quatro abstenções dos membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, Margarida Pinto Cunha e Júlio César Loureiro, e do membro do Bloco de Esquerda, e vinte e dois votos contra dos restantes membros do Partido Socialista, dos membros do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Teotónio Jesus Cavaco e Adélia Ramos Batata, e da Coligação Democrática Unitária, rejeitar a proposta da Câmara Municipal em fixar em 3,50% a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial da Figueira da Foz, relativa aos



rendimentos do ano de 2024.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "É uma declaração de voto válida para os pontos 5.4, 5.5 e 5.6.-----

Tenho boas digestões e, portanto, nada tem a ver com questões nem da boca nem do estômago. O meu voto contra nos três últimos pontos tem a ver com coerência.----

Eu acredito que os Concelhos têm uma memória histórica e há também uma memória histórica política. Hoje, não vou tecer qualquer comentário, embora fique comigo uma sensação de alguma ironia em relação a todos os epítetos que me foram dados ao longo dos últimos anos por sugerir importantes sinais, quanto a nós, que o executivo municipal precisava de dar em relação aos principais problemas, nomeadamente para as pessoas que aqui residem e trabalham. -----

E faço apenas esta nota de tudo aquilo que era dito na altura pelo Partido Socialista e da forma tão simples e tão pouco fundamentada como explicaram esta sua cambalhota política em relação à forma como agora votaram esta questão.-----

O Partido Social Democrata mantém a sua coerência: achava ser importante que o atual executivo municipal tivesse respeito pela memória histórica, neste caso, do Partido Social Democrata na Figueira da Foz e se tivessem tido, com certeza nós acompanhá-riamos a vossa decisão.-----

Infelizmente, não o tiveram, daí a nossa coerência e o voto contra nos pontos 5.4, 5.5 e 5.6."-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA apresentou a seguinte declaração de voto: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, é só para assinalar que este tempo que esteve fora talvez o tenha obnubilado, como sediz in fine.-----

O grupo municipal do Partido Socialista não deu cambalhota nenhuma. Manteve a coerência com aquilo que ao longo dos últimos anos ele próprio fez, ou seja, manter a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, propondo a redução regular da participação do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.- Mais ainda, também a isenção da Derrama é um dado adquirido, é um legado dos mandatos do Partido Socialista e, portanto, não consigo ver de todo onde é que está qualquer espécie de cambalhota."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Julgo ter ouvido falar em que a taxa de retenção passava para 3% e eu solicitava à Mesa que esclarecesse a consequência jurídica desta votação. Ou seja, foi chumbada a proposta, mas não foi aprovada nenhuma outra. O



que fica em vigor?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Eu não sou um jurista, mas a mim parece-me razoavelmente evidente, da leitura que faço da lei, o que é que deve acontecer de seguida.----

O executivo municipal deve levar uma proposta alternativa à reunião de Câmara e depois à sessão da Assembleia Municipal, às reuniões ordinárias desses dois órgãos, até ao final do ano, dado o prazo de comunicação à Autoridade Tributária ser o dia 31 de dezembro.-----

Não creio que nesta Assembleia Municipal pudesse ter sido aprovada coisa diferente. Estes temas tributários exigem dupla validação política, uma dupla conforme. Portanto, a Assembleia Municipal não pode também ela impor ao executivo municipal, que tem legitimidade própria, uma taxa diferente da que ele propôs."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal José Fernando Correia afirma não ser jurista, mas é quase jurista. Está quase tudo bem o que ele disse. Só há uma coisa que não está bem, nem mal: «Quod erat demonstrandum». O executivo deve propor uma taxa alternativa, mas pode propor a mesma... em nome da coerência."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Evidentemente, que pode propor a mesma, mas provavelmente o resultado também será o mesmo.-----

Eu não tenho dúvidas que V. Ex.^a está numa perspetiva construtiva, como creio que estamos todos, e certamente proporá uma outra."-----

5.7 - TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM - FIXAÇÃO DO PERCENTUAL A APLICAR NO ANO DE 2024

Pelo Presidente da Câmara foi proposto, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua última redação, a fixação em 0,25% do percentual da Taxa Municipal de Direito de Passagem a aplicar no ano de 2024.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 22 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Foi com alguma surpresa que vimos a apresentação desta taxa. Se repararmos desde 2019 que a mesma não é cobrada e eu vou-me limitar a ler a minha intervenção em 2018 sobre este tema.-----

Disse assim e agora repito «conforme estipula a Lei das Comunicações Eletrónicas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a Taxa Municipal de Direito de Passagem é devida em contrapartida dos direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo dos domínios público e privado municipal.-----

Apesar do facto gerador da Taxa Municipal de Direito de Passagem ser a ocupação do domínio público ou privado dos Municípios com as infraestruturas destinadas às comunicações eletrónicas e, por isso, a mesma ser devida pelas empresas que oferecem redes e serviços daquela natureza, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2017, o seu montante era repercutido na esfera dos consumidores finais residentes dos respetivos Municípios.-----

A Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, veio proibir a prática instalada em diversos setores, isto é, a repercussão da Taxa Municipal de Direito de Passagem na fatura dos consumidores a partir de 01 de janeiro de 2017, determinando que o seu pagamento compete em exclusivo às empresas operadoras das infraestruturas, conforme o respetivo art.º 85.º dispõe. No primeiro semestre de 2017 é revista a Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela lei 5/2004, de 10 de fevereiro. Creio que nada disto foi alterado, pelo que, entende o Partido Social Democrata ser ilegal que tal taxa seja cobrada aos munícipes.-----

Por todas estas razões, naturalmente, iremos votar contra esta proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: “Eu levanto as mesmas dúvidas. O deputado municipal Manuel Rascão Marques tem toda a razão.-----

Eu pensei, até certa altura, que esta Taxa era para cobrar às grandes operadoras e realmente estranhei o facto de, pelo menos, nos últimos dois anos o valor ter passado praticamente a zero.-----

Nesse sentido, se a Taxa fosse cobrada às operadoras teria a minha concordância, mas sendo cobrada aos munícipes já chega, sobretudo quando o serviço prestado em certas zonas do Concelho (Nordeste e Sudeste) não é o ideal em termos de dados móveis.-----

Por isso mesmo, irei votar contra este ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: “Essa percentagem é cobrada às operadoras, como a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

Vodafone e a Nos, e não diretamente aos munícipes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Senhora Vice-Presidente, é cobrada aos operadores, mas como bem sabemos, aqueles repercutem essa taxa para cima dos clientes. Isso é por demais evidente!-----

Eu queria também confessar uma certa estranheza relativamente aos documentos que nos foram entregues sobre esta matéria. Qual foi exatamente a deliberação da Câmara Municipal? Imagino que aplicar uma taxa 0,25%?-----

Confesso que estranho esta decisão porque, desde há uns anos que tínhamos deixado de ter Taxa Municipal de Direitos de Passagem na Figueira da Foz. Aliás, esse foi um dos elementos de desagravamento fiscal que os executivos do Partido Socialista lá foram fazendo, tendo até em atenção que gera uma receita exígua.-----

Confesso uma enorme surpresa e estranheza com isto e, portanto, por mim, votarei contra esta proposta.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Há desagravamentos fiscais e desagravamentos fiscais!!!--

Esta medida de se ter posto a zero esta taxa, nós podemos dizer que depois eles cobram aos munícipes. Bem, todos aqueles que têm de pagar impostos sabem que as várias operadoras ou fornecedores de serviços repercutem sempre as taxas nos munícipes.-----

A Entidade Reguladora dos Resíduos diz para nós aumentarmos quase para o dobro ou 50% o valor das taxas e para repercutirmos nos munícipes.-----

A questão aqui é que se estão a privilegiar as operadoras e a prejudicar as Autarquias. A taxa máxima é 0,25%.-----

Quando se diz «estamos a defender os munícipes», não, não! Estamos a defender as operadoras e, depois, quando lemos os lucros destas empresas dizemos «que vergonha! Que escândalo!».-----

Nós propomos 0,25% e dizem não porque querem proteger os munícipes, mas quem ganha com isso são as operadoras.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Senhor Presidente, é preciso esclarecer melhor quando se diz que é cobrada aos operadores.-----

Na informação técnica, na página 1, pode ler-se «o n.º 4 do mesmo artigo estabelece que nos Municípios em que seja cobrada a Taxa Municipal do Direito de Passagem, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

ao público em local fixo são responsáveis pelo seu pagamento». Decorre desta disposição que o valor da receita é determinado com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas referidas empresas para todos os clientes finais do respetivo Município.-----

Ou seja, nós ao estipularmos esta Taxa estamos a fazer com que todos os munícipes paguem mais uma taxa. É só isto!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Uma percentagem sobre o valor da fatura."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Mas antigamente não cobrávamos nada. Porque é que agora temos de cobrar?!"-----

Há uma voracidade de cobrar taxas neste país! Aprendemos com as entidades públicas que quando não têm dinheiro, ou lançam uma taxa, ou um imposto. E é sempre assim que isto acontece.-----

Como é que nós podemos reivindicar na Assembleia da República que se diminuam os impostos, quando nas autarquias estamos a aumentar os impostos!!!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "É a lei que estabelece que tem de ser uma percentagem, como leu. Nós não temos a culpa se eles vão repercutir, é a outros que compete fiscalizar. O que nós não podemos é dizer «não olha, como não sabemos então as operadoras não pagam nada».-----

Eu já travei pessoalmente grandes combates com as operadoras, desculpe o termo, muitas vezes estão-se a borrifar para os Municípios. Fazem trabalhos na via pública e nem avisam, fazem o que querem! Pôr as operadoras na ordem dá trabalho e nós queremos que as operadoras paguem. Depois, iremos analisar o que é que elas fazem. E é a Entidade Reguladora que tem de analisar.-----

Já estou como diz o deputado municipal do Bloco de Esquerda - mais vale taxar aqui para termos dinheiro para outras medidas de apoio.-----

Sabe quanto custa hoje em dia todo o esforço a que a autarquia está obrigada, a termos de aturar estes tubarões das taxas, dos impostos, dos resíduos, de tudo o que há por aí?...-----

Então a Assembleia Municipal o sinal que dá e «não, mantenha-se a zero»!-----

Sinceramente, sabemos que as ideologias hoje estão muito baralhadas, mas às vezes, não consigo compreender, com toda a franqueza..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas a) e b) do n.º 3 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do membro do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, quinze abstenções dos membros do Partido Socialista, José Duarte Pereira, Margarida Pinto Cunha, Júlio César Loureiro, Nuno Melo Biscaia, Isabel Guardão Tavares, José Cunha Carvão, Jorge Bugalho Silva, Clarisse Silva Oliveira, Carlos Neves Batata, Susana Oliveira Monteiro, José Coelho Silva, José Jordão Suzana, Ricardo Manuel Santos, Fernando Martins Lopes e Vitor Gonçalves Alemão, e onze votos contra dos restantes membros do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques, Teotónio Jesus Cavaco e Adélia Ramos Batata, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, fixar em 0,25% o percentual da Taxa Municipal de Direito de Passagem a aplicar no ano de 2024.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, nele se criando um posto de trabalho em regime de mobilidade de Técnico de Informática Adjunto; um posto de trabalho de Assistente Técnico para exercer funções de Fiscal, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Engenharia do Ambiente, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Design e um posto de trabalho de Assistente Técnico para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; um posto de trabalho de Assistente Técnico para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo certo; e no âmbito do Projeto Radar Social um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Ciências Económico-sociais, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Psicologia, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Educação Social ou Socioeducativa ou de Animação Sociocultural e um posto de trabalho de Técnico Superior de Serviço Social, todos em regime Contrato de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

Trabalho em Funções Públicas a termo incerto, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.---
Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Mais uma vez, acho que estas constantes alterações ao Mapa de Pessoal não trazem grande estabilidade à Câmara Municipal.-----

Por outro lado, continuam a apostar em vínculos precários, segundo parece, optando por contratos a termo e não por tempo indeterminado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, vinte e três abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2023, nele se criando um posto de trabalho em regime de mobilidade de Técnico de Informática Adjunto; um posto de trabalho de Assistente Técnico para exercer funções de Fiscal, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Engenharia do Ambiente, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Design e um posto de trabalho de Assistente Técnico para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte, todos em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; um posto de trabalho de Assistente Técnico para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo certo; e no âmbito do Projeto Radar Social um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Ciências Económico-sociais, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Psicologia, um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Educação Social ou Socioeducativa ou de Animação Sociocultural e um posto de trabalho de Técnico



Superior de Serviço Social, todos em regime Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo incerto.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.9 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E O DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FIGUEIRA NORTE - RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE SETEMBRO DE 2023

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a ratificação da deliberação de Câmara de 22 de setembro de 2023, que aprovou a celebração de um Contrato de Delegação de Competências em matéria de educação e nas áreas de edificado e investimento, apoios e complementos educativos, recursos humanos e financiamento no âmbito do novo quadro de competências transferidas para os órgãos municipais no domínio da educação, com o Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Norte da Figueira da Foz, com efeitos reportados à data em que o mesmo tomou posse do cargo, ou seja, 01 de setembro de 2023, na sequência do término do mandato do anterior titular do mesmo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, art.º 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua última redação, e art.º 164.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação de Câmara de 22 de setembro de 2023, que aprovou a celebração de um Contrato de Delegação de Competências em matéria de educação e nas áreas de edificado e investimento, apoios e complementos educativos, recursos humanos e financiamento no âmbito do novo quadro de competências transferidas para os órgãos municipais no domínio da educação, com o Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Norte da Figueira da Foz, com efeitos reportados à data em que o mesmo tomou posse do cargo, ou seja, 01 de setembro de 2023, na sequência do término do mandato do anterior titular



do mesmo, convalidando todos os atos e efeitos subsequentes à referida deliberação. Não participou da discussão e deliberação deste ponto o deputado municipal Pedro Miguel Jorge, por se considerar impedido ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, alínea iv) do art.º 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, e n.º 6 do art.º 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos na sua última redação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2022

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2022, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, este Relatório foi previamente enviado aos titulares do Direito de Oposição na Assembleia Municipal para se pronunciarem, caso assim o entendessem, tendo sido rececionada uma participação escrita da Coligação Democrática Unitária, a qual mereceu resposta expressa na versão final do Relatório agora presente para aprovação.-----

Este documento foi aprovado em sede de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "O grupo municipal do Partido Socialista acompanhará o sentido do voto dos seus Vereadores em sede de reunião de Câmara.-----

São eles, muito mais que nós, que exercem o direito de oposição com muita mais intensidade, pelo que faz todo o sentido que nos solidarizemos com o voto negativo que adotaram em relação a este Relatório."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "Este documento suscita-me uma certa sensação de estranheza, na medida em que contém um subtexto que acaba por refletir uma vaga sensação de confronto latente entre o executivo e a oposição e os seus direitos.-----

Sente-se um certo braço de ferro entre as posições do executivo, que identifica corretamente momentos em que considera ter respeitado o direito de oposição, enquanto noutros não parece aceitar muito bem as críticas apresentadas por dois partidos, com assento nesta Assembleia Municipal, que manifestaram desagrado em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

relação a momentos em que consideraram não ter sido respeitado de forma cabal o direito de oposição.-----

Da minha parte, embora não me tenha pronunciado sobre este Relatório, aproveito a ocasião para lembrar que o Presidente da Câmara não respeitou integralmente esse direito que nos assiste na passada sessão de 28 de abril, quando não auscultou a opinião do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária em relação ao Paço de Maiorca.-----

Recordo ter sido apanhado completamente de surpresa quando vim a saber que o ponto relativo ao Paço de Maiorca não ia a votação, já a sessão entrava no Período da Ordem do Dia. Posteriormente, vim a saber pela comunicação social, que a generalidade dos partidos representados na Assembleia Municipal tinham sido auscultados e tinham anuído à sua retirada da Ordem de Trabalhos.-----

Gostaria de lembrar que estou aqui a representar pessoas. Entendi esta situação como uma falta de deferência política.-----

Vou abster-me neste ponto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em relação a este ponto referido pelo deputado municipal Pedro Miguel Jorge, só posso dizer que tem razão. A decisão de retirar foi em cima da hora e falei com os líderes presentes na sala naquele momento.-----

Reconheço que foi uma falta de deferência política."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Não me vou pronunciar sobre esta matéria. O Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Não queria deixar de aproveitar esta oportunidade para saudar a posição do Presidente da Câmara em querer ouvir-nos sobre o Paço de Maiorca e queria fazer-lhe uma sugestão, a exemplo do que o Presidente da República e o Primeiro Ministro fazem, que é, de vez em quando, auscultar os partidos da Assembleia Municipal sobre alguns temas.-----

Seria melhor e evitar-se-iam muitas discussões estéreis."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária partilha a intervenção do deputado municipal Pedro Miguel Jorge.-----

Penso que há muitos pontos a melhorar relativamente ao direito da oposição. Ainda hoje, por exemplo, vi aqui uma Revista de Obras que o deputado municipal do Partido



Social Democrata tem e a Coligação Democrática Unitária não tem.-----
Seria, no mínimo, interessante que aquilo que sai possa ser dado também aos partidos sem assento no executivo camarário. Seria bom!-----
A culpa não será do Presidente da Câmara porque não é ele que vai entregar a Revista à porta dos partidos sem assento no executivo, mas alguém tem culpa...----
A Coligação Democrática Unitária vai votar contra este Relatório de Observância do Estatuto do Direito de Oposição."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da alínea h) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e vinte e dois votos contra dos membros do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, rejeitar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2022, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS NA CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente foi proposto o início de um procedimento para «Fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas na Cidade da Figueira da Foz», através de Concurso Público, com publicação internacional, com fundamento no facto de estar prevista a implementação de um Sistema de Bicicletas Partilhadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável, e a sua efetiva implementação prosseguir as políticas municipais na área da promoção da mobilidade ativa, e ainda, o financiamento direto ser assegurado através de candidatura ao Programa Centro 2020.-----

Integram o processo as peças do procedimento do concurso, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número sete à presente ata.-----



Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a lançar o procedimento de contratação pública para «Fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas na Cidade da Figueira da Foz», com aprovação das respetivas condições gerais constantes das peças do procedimento concursal, bem como proceder à respetiva celebração do contrato de concessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.12 - 2.ª CORREÇÃO MATERIAL DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo à 2.ª Correção Material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

Esta correção incide sobre quatro situações distintas que possuem enquadramento no n.º 1 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atualizada.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 07 de julho de 2023, sendo agora remetido à Assembleia Municipal, órgão competente pela aprovação do Plano Diretor Municipal, para conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Jorge Aniceto Santos e Nuno Melo Biscaia, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes dos n.ºs 2 e 3º do art.º 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, tomou conhecimento da 2.ª Correção Material da 1.ª Revisão do Plano Diretor



Municipal da Figueira da Foz, que incide sobre quatro situações distintas que possuem enquadramento no n.º 1 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação.-----

**5.13 - RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO
RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2023 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO DO
AUDITOR EXTERNO - PARA CONHECIMENTO**

Presente um Relatório da situação económica e financeira do Município da Figueira da Foz reportada ao período de janeiro a junho de 2023, elaborado pelo Departamento de Administração Geral e Finanças/Divisão de Finanças e Património, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número nove à presente ata.-----

O auditor externo, Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação desta ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, tomou conhecimento do Relatório da Situação Económica e Financeira do Município da Figueira da Foz, reportada ao primeiro semestre de 2023, sobre o qual o auditor externo Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira, emitiu a informação prevista na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, concluindo pela conformidade do Relatório com os princípios contabilísticos previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.-----

**5.14 - CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NAS FREGUESIAS - REFEIÇÕES ESCOLARES NO ÂMBITO DA GESTÃO DOS
REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO LETIVO 2023/2024 - CORREÇÃO DE
CABIMENTO E AUTORIZAÇÃO DA PLURIANUALIDADE DE
ENCARGOS - - PARA CONHECIMENTO**

Pelo Presidente foi enviada uma informação para conhecimento respeitante à correção do cabimento e autorização da plurianualidade dos encargos resultantes da



celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias - Refeições Escolares no âmbito da gestão dos Refeitórios Escolares para o ano letivo 2023/2024, dado que, por lapso, não fora incluído o Jardim de Infância de Ribas para efeitos do cálculo dos encargos financeiros estimados para todas as freguesias.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 22 de setembro de 2023, sendo agora remetido à Assembleia Municipal para conhecimento-
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação desta ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, tomou conhecimento da correção do cabimento e autorização da plurianualidade dos encargos resultantes da celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias - Refeições Escolares no âmbito da gestão dos Refeitórios Escolares para o ano letivo 2023/2024, o qual passa a ter o encargo global de 118.826,74 € (cento e dezoito mil oitocentos e vinte e seis euros e setenta e quatro centímetros), repartido da seguinte forma:-----

- Ano económico de 2023 - 44.987,16 € (quarenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete euros e dezasseis centímetros;-----
- Ano económico de 2024 - 73.839,58 € (setenta e três mil oitocentos e trinta e nove euros e cinquenta e oito centímetros).-----

**5.15 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022 - PARA CONHECIMENTO**

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 21 de agosto de 2023, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número dez à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 01 de setembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 5 da Sessão Ordinária de 29-09-2023

municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Jorge Aniceto Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas e vinte e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----